



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano VI - Nº 18
Dezembro 2015



Editorial

Com ênfase na América Ibérica Colonial, Esta edição apresenta trabalhos da Professora Christiane Figueiredo Pagano de Mello da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); e dos professores Carlos Roberto Carvalho Daróz da Universidade do Sul de Santa Catarina e Rodney Alfredo Pinto Lisboa, da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI). Contamos ainda coma participação dos pesquisadores Charles Klajman, do Instituto de Geografia e História militar do Brasil (IGHMB) e Fabio Gomes Barbosa, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que abordam temas relacionados a História do Brasil no início do Século XX.

A todos, nosso muito obrigado.

Cesar Machado

Editor Responsável



Imagem desta Edição

Recorte do Quadro “El milagro de Empel”(2015), do pintor espanhol contemporâneo Augusto Ferrer-Dalmau, especialista em quadros de temática militar.

Trata-se de uma representação acerca da Batalha de Empel, ocorrida em dezembro de 1585, quando um Tercio espanhol derrotou em condições muito adversas, uma força das Províncias Unidas muito superior numericamente. A tradição católica espanhola atribuiu a vitória a intercessão da Imaculada Conceição, que acabou por se tornar padroeria dos Tercios Espanhóis e conseqüentemente da atual infantaria espanhola.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. .Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050

E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

As estratégias de defesa na América Portuguesa (Século XVIII).....6

Christiane Figueiredo Pagano de Mello

Poder militar na formação dos países da América Ibérica.....16

Carlos Roberto Carvalho Daróz

Guerra irregular no Brasil seiscentista: a genese de uma nação em armas durante o movimento de resistência pernambucana contra o invasor holandês (1630-1654).....33

Rodney Alfredo Pinto Lisboa

Os Militares e a Revolta da Vacina (1904): atores, motivações e articulação.....46

Charles Klajman

A Logística Militar do Século XIX: Reflexões para a Atualidade.....70

Fábio Gomes Barbosa

Livro em Destaque.....86

AS ESTRATÉGIAS DE DEFESA NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII)¹

Christiane Figueiredo Pagano de Mello²

Palavras-chave: política militar pombalina; defesa, recrutamento.

Key words: pombal military politics; defense recruitment

Introdução: O contexto histórico

A segunda metade do século XVIII é um período especialmente interessante para o estudo das forças militares. Eram imperativas as necessidades de uma intensa reorganização militar, tanto no Reino de Portugal, como, também, no Estado do Brasil, sua principal terra colonial, onde se fazia indispensável aumentar a capacidade defensiva. Tais necessidades decorriam das crescentes tensões vividas na Europa, resultantes da celebração, em agosto de 1761, do Pacto de Família, em que os vários Bourbons então reinantes se comprometiam a defender mutuamente seus Estados.

Na ocasião, embora D. José fosse casado com uma princesa Bourbon, não podiam os pactuantes esperar que Portugal aderisse ao Pacto, aliado como era da Inglaterra, então adversária da França e da Espanha na chamada Guerra dos Sete Anos, luta armada que foi travada de 1756 até 1763.

Assim, a Coroa portuguesa, foi forçada a abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da Guerra dos Sete Anos. Após o estabelecimento dos Estados Ibéricos em campos opostos nesse conflito europeu, a contenda entre Portugal e Espanha logo se prolongaria avançando para as indefinidas regiões fronteiriças sulinas. Vale notar

¹ Trabalho Apresentado originalmente no VI Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

² Professora da Universidade Federal de Ouro Preto, possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2002) e doutorado (bolsa sanduíche) em História pela Universidade de Lisboa (200-2001).

que, como observa o historiador Fernando Novais,

“ao lado das zonas de tensão entre as potências dominantes em luta pela hegemonia, França e Inglaterra, entre os países coloniais ibéricos se vão formando ao mesmo tempo outras zonas de tensão (sobretudo a região platina). Os dois tipos de conflitos correm paralelos, e se inter-relacionam continuamente (...)”³.

No caso português, especificamente, o conflito com a Espanha pelos territórios às margens do rio Uruguai havia demonstrado claramente a precária capacidade de resistência de seu exército, sobretudo quando da invasão e conquista pelo governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, da Colônia do Sacramento, em dezembro de 1762, bem como da vila do Rio Grande e da margem norte do canal que conectava a Lagoa dos Patos ao mar.

As Principais Forças de defesa da América portuguesa.

Verifica-se que, no período estudado, o principal fundamento justificador das freqüentes intervenções legislativas da Coroa efetivadas na sociedade civil revestia-se, essencialmente, das questões que diziam respeito à esfera militar, tornando-se claramente perceptível o contínuo esforço no sentido do alargamento e da ampliação do espaço militar no interior da sociedade colonial.

Tais intenções tornaram-se ainda mais explícitas e incisivas através da Carta Régia datada de 22 de março de 1766 e enviada ao Vice-Rei Conde da Cunha e aos Governadores e Capitães-Generais do Brasil. Por sua incontestável determinação de que se alistassem “sem exceção” de “nobres, brancos, mestiços, pretos, ingenuos, e libertos”⁴, todos os homens válidos para o serviço militar, para que com eles se formasse o maior número possível de Corpos de Auxiliares e de Ordenanças, reforçava o precípuo objetivo de comprometer e englobar todo o conjunto da sociedade.

Propomo-nos, neste momento, dedicar especial atenção à Carta Régia de 1766, posto que, além de expressar com irrevocabilidade legislativa os objetivos de militarização

³ Novais, Fernando Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), SP, Hucitec, 1983, p.51.

⁴ “Edital para se alistarem todos os moradores das terras da jurisdição desta Capitania, sem exceção de Nobres, Plebeus, Mistiços, Pretos, Ingenuos, e Libertos e formar dos mesmos Terços de Auxiliares, e Ordenanças, assim de Cavallaria, como Infantaria”, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Códice 73, volume.1, folha 143.

da população colonial, torna-se ainda mais interessante se e quando consideramos a documentação existente à luz da intensa repercussão social que tiveram as medidas por ela impostas.

Vejamos, inicialmente, os princípios norteadores e, portanto, justificadores das medidas definidas por esta Carta Régia, capazes de explicitar as razões pelas quais se delega uma grande importância estratégica aos Corpos de Auxiliares e, subsequentemente, às Ordenanças, na defesa do território colonial.

De acordo com um interessante documento, não assinado, tratando de uma memória sobre os Corpos de Auxiliares, encontram-se reunidos três princípios, já inclusos nas Instruções Régias e considerados pelo incógnito autor da memória como invariáveis e constituintes do fundamento sobre o qual se assenta a Carta Régia de 22 de março de 1766, quais sejam:

“O primeiro: Que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extenços, muito distantes, e muito separados huns dos outros, que são os seus Dominios Ultramarinos, nas quatro partes do Mundo, não pode ter meios nem forças com que se defenda a si proprio, e acuda ao mesmo tempo a preservação e segurança de cada hum delles; O segundo: “Que nenhuma Potencia do Universo por mais formidavel que seja, pode, nem intentou ate agora defender as sua colonias com as unicas forças do seu proprio continente”⁵.

Portanto, a conclusão a que nos induz tal documento, em sua articulação dos dois primeiros princípios básicos, é a de que a Coroa de Portugal necessitava inegavelmente da colaboração, espontânea ou coerciva, dos habitantes da Colônia para a conservação da integridade de seu território colonial, não tendo “meios nem forças” para fazê-lo:

“Que o único meio que até hoje se tem descoberto e praticado para socorrer a sobredita impossibilidade foi o de fazer servir as mesmas colonias para a propria e natural defesa delas: E na inteligencia deste inalteravel principio as principaes forças que hão de defender o Brazil são as do mesmo Brazil”⁶.

Imperativas eram as necessidades enfrentadas pela Coroa de Portugal quanto à militarização de toda a população masculina existente na Colônia face ao perigo das invasões

⁵ “Quanto aos Corpos Auxiliares da Capitania das Minas, não assinada, post. 2/3/1766” Arquivo Ultramarino (AHU), Minas Gerais (MG), Caixa (Cx) 87, Documento (Doc) 48
⁶ Idem.

espanholas ao Sul de seus domínios. Via-se, não obstante, impossibilitada de converter todos os seus habitantes em soldados profissionais, o que implicaria em conseqüente e inevitáveis prejuízos, tanto a nível do conjunto das atividades produtivas, especialmente da produção agrícola, como, também, pelo inarcável excesso de despesas que a manutenção de um exército permanente significaria.

O recurso encontrado para tal impasse não poderia ser outro senão o prevailecimento de um tipo de Tropa cuja qualidade de seus soldados componentes pudesse vir a ser definida, de acordo com o Conde Lippe, como “anfíbia”, isto é, soldados “meio paisanos, meio militares”⁷.

Acreditava-se que, por tais meios, resolver-se-ia uma questão considerada primordial, qual seja, a de conciliar as prementes necessidades de militarização da sociedade, e, simultaneamente, evitar a exposição à fatal ameaça de uma indesejada desagregação econômica.

Eis, portanto, o modelo proposto:

“Estas forças porem devendo consistir em Tropas Regulares e Auxiliares; É necessario que os Corpos Auxiliares formem a principal defesa das mesmas Capitancias; por que os habitantes de que se compõem os mesmos corpos são os que em tempo de paz cultivão as terras, crião os gados, e enriquecem o Paiz com o seu trabalho e industria”⁸.

Fazia-se mister, portanto, diante do quadro acima exposto, evitando-se a todo e qualquer custo o impagável preço de esfacelar as necessárias características básicas da Colônia nem tampouco sua economia, regularizar e disciplinar as Tropas Auxiliares do Estado do Brasil, tornando-as militarmente funcionais, isto é, úteis em quaisquer ocasiões de necessária defesa das Capitancias e, portanto, constituindo-as, de fato, como “uma das principais forças que tem o mesmo Estado para se defender”⁹.

A este propósito, a Carta Régia de 22 de março de 1766 vem a determinar medidas importantes para o conjunto da sociedade. Entre elas, pode-se citar a definição dos meios para a organização de tais Tropas. Para tanto, ordenou a Coroa a todos os Governadores

⁷ Sales, Ernesto Augusto Pereira, “As Observações Militares do Conde Lippe” In O Conde Lippe em Portugal, Vila Nova de Farnalicão, Lisboa, 1936, p. 137, ítem 27.

⁸ “Quanto aos Corpos Auxiliares da Capitania das Minas, não assinada., post. 2/3/1766”, AHU, MG, Cx 87, Doc 48.

⁹ Idem

do Estado do Brasil que “mandassem alistar todos os moradores das suas respectivas jurisdições, sem exceção de algum para servirem nos terços de Auxiliares e Ordenanças assim de Cavalaria, como de Infantaria”¹⁰.

Dessa forma, as novas diretrizes de organização militar expedidas pela Coroa, e a intensa militarização da população válida da Colônia a elas inerente, visava fornecer às forças coloniais uma certa uniformidade indispensável para a preparação das ações bélicas que se prefiguravam ao sul do Estado, bem como para fazerem frente à defesa de suas respectivas Capitânicas, em caso de invasão pelas potências inimigas.

As Tropas de Pardos Libertos.

Neste ponto abordaremos as Tropas de Auxiliares de pardos libertos constituídas nas Capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerando tais Tropas como resultado das especificidades vividas na realidade social da Colônia, propomo-nos observar alguns dos procedimentos das autoridades coloniais com relação a essa qualidade de Tropas.

No que se refere aos oficiais maiores a compor o Terço de Auxiliares de homens pardos libertos, são cabíveis duas colocações: a primeira é que, em nenhuma das cartas patentes consultadas consta o posto de Mestre de Campo, mas, sim, apenas o de Sargento-Mor como posto máximo, agregado ao termo de Comandante, isto é, Sargento-Mor Comandante. A segunda: os Sargentos-Mores, bem como os Ajudantes, deveriam vir das tropas pagas, assim como nos demais Terços de Auxiliares, posto que os Auxiliares pardos libertos deveriam estar tão bem regulados e disciplinados quanto aqueles, e igualmente aptos à defesa.

Temos, assim, no ano de 1775, o Terço de Auxiliares dos homens pardos libertos “de que é Sargento Maior Comandante José de Almeida e Mello”¹¹, o qual ocupara, anteriormente, o posto de Ajudante do segundo Regimento pago da praça do Rio de Janeiro.

Interessante é notar que, especificamente com relação aos pardos, limitava-se oficialmente seu alcance hierárquico aos postos superiores da Tropa de Auxiliares, pois

¹⁰ Idem.

¹¹ “Carta patente, RJ, 11/5/1776”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.108, doc.45.

que estes só alçavam até o posto de Sargento, oficial inferior localizado acima dos Cabos de Esquadra e abaixo do Alferes. Justificava-se, assim, a solicitação feita pelo Marquês do Lavradio a Martinho de Mello e Castro: “Os Pardos e Mulatos ficariam muito satisfeitos de se poderem adiantar até os postos de Alferes (...)”¹².

Considerados hierarquicamente inferiores por sua condição racial, muito expressivo é o fato de o acesso ao posto de Alferes dos Auxiliares ser vetado aos pardos libertos, significando explicitamente a interdição social imposta a esse grupo. Tal posto lhes possibilitaria receber as régias mercês: seus inúmeros privilégios e honras. Por outro lado, merece especial atenção a significativa estratégia empregada a fim de suprir a necessidade de militarização daquele contingente: desde que conseguissem levantá-las, concedia-se o direito do exercício dos postos de Capitães das Companhias de Auxiliares, muito embora não lhes fosse permitido, a qualquer momento, obter a patente do respectivo posto.

Embora não nos tenha sido materializada enquanto documento, uma referência passível de verificação, conforme abaixo sugerido, indicava haver um determinado modelo de patente que se costumava passar na cidade do Rio de Janeiro especialmente para os Capitães pardos, cuja menção encontra-se em um ofício de Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras.

Nele, o Governador de São Paulo afirmava ter expedido uma patente, “que é a mesma que se costuma passar no Rio de Janeiro aos capitães dos homens pardos forros que há naquela cidade”¹³, a um pardo que desempenhava a função de Capitão. Acrescenta, ainda: “passei somente uma patente, sem o declarar Capitão dos Auxiliares pardos (...)”.

Tais excusas comprovavam o descumprimento da promessa que este Governador fizera a um pardo, - Capitão de fato, embora não de patente -, que, se este aumentasse o número de homens de sua companhia, dar-lhe-ia “patente de Capitão Auxiliar com graduação de Tenente de infantaria paga”. Entretanto, parece não ter honrado sua palavra, “considerando que isto não poderia ser do agrado de Sua Majestade e que não devia fazer isso sem primeiro lhe dar conta”¹⁴.

Interessante notar a manipulação da expectativa da honra e dos privilégios como fator

¹² “Carta do Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, RJ, 23/4/1777”, BNL, Reservados, Códice 10631.

¹³ “Ofício n.o terceiro do Governador Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras, SP, 10/9/1765”, AHU, SP, Avulsos, Cx.23, doc.2255.

¹⁴ Idem.

de ativação daqueles elementos que, despossuídos de uma herança que lhes garantisse posição proeminente no seio da sociedade¹⁵, para que, voluntariamente, se integrassem no serviço militar da Tropa de Auxiliares, bem como, além disso, se dispusessem a arregimentar os homens necessários para comporem suas respectivas Companhias. Assim, era de sua esperança de ascensão social através dos postos militares, fomentada, inclusive, pelos próprios Governadores, que, por sua vez, alimentavam-se de grande parte de efetivos pardos libertos as Tropas de Auxiliares.

Dentre o grupo de homens denominados de pardos libertos, vale destacar que havia variações no que concerne a suas atividades e riquezas, interessante ponto sobre o qual, infelizmente, não nos debruçaremos. Pode-se verificar, entretanto, que o exercício do posto de Capitão das Companhias de Auxiliares, sem patente, estava destinado àqueles de maior fortuna, que eram, conseqüentemente, os que mais ambicionavam verem confirmados pela graduação militar o status social que tanto almejavam atingir. A esse respeito, temos, como exemplo, o depoimento de Morgado de Mateus: “como nesta terra há muitos homens pardos e entre estes uns homens de cabedais e de préstimo, achei que destes havia uma companhia com seu Capitão homem pardo e rico”¹⁶.

Nesses termos, outro fator interessante se coloca, que é o da necessidade de apropriação de determinados sinais e imagens, símbolos classificadores, por excelência, de um valor social, a conferir distinção, prestígio e poder. Condicionados pelos códigos hierárquicos tradicionais do Antigo Regime, os pardos libertos “aspiravam ao status, títulos e privilégios de aristocracia”¹⁷, o que se pode facilmente verificar pela utilização dos uniformes e das armas como forma de visibilizar suas pretensões sociais:

“O sobredito capitão e soldados se ficam fardando e armando com todo o empenho para passarem mostra na minha presença com os seus uniformes e armas tudo feito a sua custa e querem que lhes mande hum oficial para aprenderem o novo

15 Quanto aos pardos libertos, cabe destacar a análise feita por Stuart Schwartz, “(...) os mestiços livres eram definidos tanto pela cor quanto por categoria funcional ou estado tradicional. As pessoas de cor geralmente arcavam com duas marcas de desvantagem. Primeiro, sua cor indicava claramente ascendência africana e, portanto, condição social inferior, presumivelmente a de escravo, em alguma época do passado. Segundo, havia uma insinuação de ilegitimidade na existência de uma pessoa mestiça, pois supunha-se que o homem branco normalmente não se casava com mulheres de condição racial inferior (...)” No que diz respeito à sua condição jurídica de livres, afirma o autor “que as pessoas de cor livres podiam sofrer com incapacidades legais e ultrajes, estar sujeitas a coerção legal e ser tratadas com desprezo, mas seu status era infinitamente melhor que o dos cativos”. [Stuart Schwartz, Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, SP, Cia das Letras, 1985, p.213 e 214.]

16 Idem

17 Schwartz, Stuart, Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, SP, Cia das Letras, 1985, p.210.

exercício”¹⁸.

Assim, interessante é observar, nos casos acima analisados, as peculiaridades produzidas pela dinâmica da realidade social da Colônia, resultantes da presença de uma população de origem mestiça, suficientemente significativa para se levantar um Terço de Auxiliares, força importante para a defesa de sua cidade, no caso o Rio de Janeiro. A conjunção do desejo mestiço de ascensão social, pautado nos moldes do Estado Absolutista, com a necessidade imperativa de militarização da população masculina, impunha às autoridades coloniais determinadas adaptações nas categorias tradicionais de preenchimento dos postos militares à realidade da sociedade colonial, a despeito de sua abstenção em reconhecê-los oficialmente através da respectiva patente.

Um fator altamente agravante nas relações entre as autoridades metropolitana e colonial e o seu Terço de Pardos livres é que aquelas continuavam a ser profundamente condicionadas pelos estereotipados valores produzidos pela hierarquia do Estado Absolutista em relação aos indivíduos de origem africana, que a desqualificava por sua ascendência, caracterizando seus componentes como insubordinados “da pior educação, de caráter libertino”¹⁹, constituindo-se, assim, em perigos potenciais para a preservação da tranquilidade e da ordem social. Assim, a delegação de responsabilidades militares aos pardos libertos, bem como sua constituição em Companhias nunca deixaram de gerar o temor nos governos coloniais de que esses mesmos homens “pudessem constituir uma ameaça para a segurança da Colônia e o domínio branco”²⁰.

Ainda, segundo Russel-Wood, com relação a esses indivíduos livres de origem africana, manifestavam-se as autoridades metropolitana e colonial com uma “atitude ambivalente”, forjada a partir das

“percepções e atitudes estereotipadas e negativas em relação aos negros e sobretudo em relação aos mulatos de quem desconfiavam intrinsecamente e sobre a qual não tinham pleno controle, mas de quem dependiam e a quem deram um certo grau de legitimidade ao reconhecerem a sua relevância funcional para a

18 “Ofício n.o terceiro do Governador Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras, SP, 10/9/1765”, AHU, SP, Avulsos, Cx.23, doc.2255.

19 “Relatório do Marquês do Lavradio” in História do Brasil, João Armitage, R.J., Zélio Valverde, 1943, p.424.

20 Russell-Wood, “Autoridades Ambivalentes: O Estado do Brasil e a Contribuição Africana para “A Boa Ordem na República”, In: Brasil - Colonização e Escravidão, Organização Maria Beatriz Nizza da Silva, RJ, Nova Fronteira, 2000, p. 117.

defesa da Colônia contra os inimigos externos e a preservação da ‘boa ordem na República’²¹.

Assim, do entrecruzamento dessas duas posições - precisão e temor - que, muito embora, conflitantes, não eram mutuamente excludentes, é que nascia a “atitude ambivalente” com que as autoridades metropolitanas e coloniais pautaram sua relação com os indivíduos de origem africana, no caso, os pardos libertos.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, deve-se ressaltar que, muito embora, a sociedade colonial tivesse produzido, sob a égide absolutista de sua hierarquia, múltiplas subdivisões de honra e apreço, de complexas compartimentações de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança, foi também, de acordo com Stuart Schwartz, “uma sociedade com forte tendência a reduzir tais complexidades a dualismos de contraste – senhor/escravo, fidalgo/plebeu (...)” ao buscar escamotear “as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a convergir”²², reafirmando, direta ou indiretamente, conforme acima demonstrado, os estereótipos e preconceitos que norteavam as relações sociais.

BIBLIOGRAFIA e FONTES:

- LIPPE, Conde Reinante de Schaumbourg, “Regulamento para o exercício, e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima”, Régia Oficina, Lisboa, 1794
- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), SP, Hucitec, 1983
- PRADO JR., Caio. A Evolução Política do Brasil e outros Estudos, S.P, Brasiliense, 1977.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Autoridades Ambivalentes: O Estado do Brasil e a

21 Idem, Op.cit, p.119.

22 Schwartz, Stuart, Segredos Internos...Op.cit. p.209.

Contribuição Africana para ‘A Boa Ordem na República’”, In: Brasil – Colonização e Escravidão, Organização Maria Beatriz Nizza da Silva, RJ, Nova Fronteira, 2000.

- SALES, Ernesto Augusto Pereira, “As Observações Militares do Conde Lippe” In O Conde Lippe em Portugal, Vila Nova de Farnalicão, Lisboa, 1936
- SILVA, José Justino de Andrade. “Carta Régia sobre a Criação dos Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”. In “Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa vol. de 1640 a 1647.
- SOUZA, Laura de Mello, Desclassificados do Ouro, Rio de Janeiro., Graal, 1986.
- SCHWARTZ ,Stuart, Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, SP, Cia das Letras, 1985



PODER MILITAR NA FORMAÇÃO DOS PAÍSES DA AMÉRICA IBÉRICA

Carlos Roberto Carvalho Daróz¹

Resumo:

O processo de independência das colônias da América hispânica deu-se de modo bastante diferente do que ocorreu com a maior das colônias portuguesas: o Brasil. Enquanto naquelas a emancipação política foi marcada pela ruptura, nesta, a independência ocorreu sob o manto da continuidade. Como resultado, as colônias hispano-americanas deram origem a mais de uma dezena de países, enquanto o Brasil manteve seu território íntegro. Dentre os diversos fatores que compuseram esse processo histórico, a forma como o poder militar da Espanha e de Portugal foi empregado resultou decisiva para a configuração territorial das Américas. Mobilizando a história comparada, o presente trabalho analisa como a aplicação do poder militar influenciou na formação territorial latino-americana.

Palavras- chave: poder militar, território, fronteiras, independência

Abstract:

The process of independence of the colonies of Hispanic America took place quite differently from that of the largest of the Portuguese colonies: Brazil. While in those political emancipation was marked by the rupture, in this, independence occurred under the mantle of continuity. As a result, the Spanish-American colonies gave birth to more than a dozen countries, while Brazil maintained its entire territory. Among the various factors that constituted this historical process, the way in which the military power of Spain and Portugal was employed was decisive for the territorial configuration of the Americas. Mobilizing comparative history, this paper analyzes how the application of military power influenced Latin American territorial formation.

¹ Professor do curso de especialização em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, mestrando em História do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira e especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Escritor e autor de livros de História Militar.

Keywords: Military power, territory, borders, independence

INTRODUÇÃO

Os processos de independência das colônias ibéricas nas Américas, desencadeados na primeira metade do século XIX, ocorreram de maneira diferenciada, se considerados o Brasil e as de colonização hispânica. Na maior colônia portuguesa, a emancipação política ocorreu de forma pouco violenta, foi marcada pela continuidade e resultou na manutenção do território. Na América hispânica, contudo, os processos de independência tiveram viés revolucionário, e deram-se por sucessivas guerras de independência que promoveram, segundo Manuel Chust, uma ruptura colossal, fazendo com que um império resultasse em mais de uma dezena de repúblicas (CHUST, 2008, p.261).

Diversos fatores, externos e próprios da dinâmica colonial, contribuíram para que as colônias hispânicas e portuguesa tivessem destinos diferentes e configurassem suas fronteiras de forma distinta. Além dos aspectos político-administrativos, sociais e econômicos, o poder militar² dos dois países ibéricos projetado em suas colônias influenciou diretamente na formação territorial dos novos países resultantes do processo de emancipação política.

O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio da história comparada, como o poder militar de Portugal e Espanha, inclusive de suas colônias, contribuiu para a configuração das fronteiras dos novos países latino-americanos. A abordagem comparativa entre as Américas portuguesa e espanhola possibilita compreender os elementos estruturais a partir de experiências distintas. Nessa perspectiva, o método comparativo constitui-se uma oportunidade singular para se repensar a própria história em seus desafios e limites (BARROS, 2007, p.285).

O REFORMISMO ILUSTRADO

² Entendemos o poder militar conforme a abordagem teórica de NYE JR, Joseph S. *Soft Power: the Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004, p.31, a qual sustenta que o poder militar é expresso por meio de ameaças, permitindo a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais, como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças. Para o autor, a força armada, enquanto pilar da influência coercitiva, constitui elemento indissociável do poder *lato sensu*.

Constituídas em auge à crise das estruturas medievais, as monarquias absolutistas fundamentaram a base política de boa parte dos países europeus ao longo da Idade Moderna. Tal fato não impediu, no entanto, que neste mesmo período tenham surgido movimentos contrários a esses governos. As Revoluções Inglesas do século XVII, por exemplo, confrontaram radicalmente o poder dos reis, destituindo o Absolutismo e consolidando a monarquia parlamentar. Tais movimentos disseminaram-se com mais intensidade no transcurso do século XVIII, que, conhecido como o “Século das Luzes”, foi palco de intensa propagação dos ideais iluministas.

Defensores das liberdades, os filósofos iluministas atacaram fortemente as estruturas do Antigo Regime, o que resultou em interessantes transformações no interior de algumas monarquias absolutistas europeias, dando início a um movimento conhecido como despotismo esclarecido. Os tronos da Rússia, França, Áustria e dos países Ibéricos foram os principais focos dessa redefinição política.

Durante o reinado de Dom José I, um novo ministro inspirado por doutrinas de tendência iluminista empreendeu diversas mudanças na administração portuguesa. Entre 1750 e 1777, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, estabeleceu uma série de reformas modernizantes com o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. Vistas não apenas como a “promoção das Luzes”, as reformas eram uma maneira de superar o atraso do país, que ia sendo cada vez mais ultrapassado pela Inglaterra, pela França e pela Holanda (NOVAIS, 2005, p.168).

No campo militar, uma das medidas mais importantes das reformas pombalinas, como ficaram conhecidas as ações desencadeadas por Pombal, foram as transformações promovidas pelo Conde de Lippe³, militar alemão contratado por Portugal para modernizar seu exército. As primeiras medidas visaram à disciplina, procurando corrigir desvios de conduta e sanear a maior fonte de deserções e descontentamentos, o atraso no pagamento dos soldos, que levava a tropa à mendicância para sobreviver e os oficiais a empregarem-se em casas de fidalgos e do alto clero. O recrutamento passou a obedecer ao critério regional,

³ Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe (1724-1777), conhecido em Portugal como Conde de Lippe, foi um militar e político alemão que esteve a serviço do Exército Português para reorganizá-lo. Notabilizou-se pela contribuição que deu às ciências militares, em particular à organização e administração militares.

tanto para as forças de primeira linha (exército regular) como para os terços de auxiliares e companhias de ordenanças (milícias), estes dois últimos empregados preferencialmente como forças de guarnição. A providência de maior alcance, no entanto, foi a organização de campos de manobras e instrução, a fim de manter o exército sempre em treinamento, por meio de exercícios de tática, despertando pela emulação o decadente brio militar. Em um desses campos, perante a família real e o próprio Pombal, realizaram-se as primeiras manobras regulamentares feitas em Portugal (SELVAGEM, 1931, p.481).

No plano ideológico, a Universidade de Coimbra constituiu-se em centro de formação de quadros para a burocracia estatal (magistrados, militares e funcionários) – os chamados “coimbrões” – desenvolvendo o pensamento ilustrado português e lançando as bases para a organização de um império luso-brasileiro (NOVAIS, 2005, p.174).

Praticamente no mesmo período, as Reformas Bourbônicas, desencadeadas durante o reinado de Carlos III (1759-1788), foram medidas administrativas e econômicas implantadas no sistema colonial espanhol visando modernizá-lo, fortalecer a monarquia e o controle da metrópole sobre seus territórios no Novo Mundo. Tinham por objetivo recuperar o poder do Estado espanhol por meio de uma exploração mais racional e eficiente de suas colônias, buscando reconquistar o espaço perdido para os *criollos* na América. As reformas foram precipitadas pela necessidade de fortalecer o império hispano-americano ante a ameaça britânica, depois de revelada a crescente debilidade espanhola na Guerra dos Sete Anos.

Uma das medidas adotadas pelas reformas foi a ampliação das forças militares, motivadas pela necessidade de defender o império contra ataques de outras potências, principalmente da Grã-Bretanha; a criação de um núcleo de unidades regulares do exército, comandadas por oficiais espanhóis, e reforçadas por milícias de colonos. Os gastos militares cresceram, e passaram a ser a principal despesa dos vice-reinos e a maior razão do aumento dos impostos coloniais. John Lynch (2008, p.10) destaca os reflexos das Reformas Bourbônicas para a defesa das colônias americanas:

A América criou sua própria indústria de estaleiros em Cuba, Cartagena e Guaiquil, e adquiriu uma autossuficiência global de defesa. As defesas navais e militares do México eram financiadas pelos tesouros locais, não só ativando os estaleiros, fundições de [canhões de] cobre e arsenais de armas, mas também atividades

secundárias que serviam a essas indústrias.⁴

Tais reformas modernizadoras iriam provocar sensíveis mudanças no *status quo* das colônias, tanto na América portuguesa, quanto na hispânica, e contribuiriam para o desencadeamento dos processos de emancipação.

INDEPENDÊNCIA – NOVOS VENTOS SOPRAM NA AMÉRICA IBÉRICA

A expansão napoleônica na Europa levou o exército francês a invadir a Península Ibérica em 1808, dando origem à Guerra Peninsular, um sangrento conflito que afetaria profundamente as monarquias da Espanha e de Portugal, e desempenharia o papel de catalisador das independências de suas colônias americanas.

As colônias espanholas nas Américas eram palco de inquietações desde meados do século XVIII, opondo, principalmente, os funcionários da Coroa, responsáveis pelo governo e pela política fiscal, e a elite *criolla*, o que era agravado pelo crescente controle da metrópole sobre os negócios coloniais implantado pelas Reformas Bourbônicas.

A tensão também estava presente nas camadas populares, cada vez mais exploradas pela Coroa espanhola e pelas elites locais. Um exemplo disso foi a insurreição ocorrida em 1780 liderada por Tupac Amaru II no Vice-Reino do Peru.⁵

Diante de tal cenário, os *criollos* encontravam-se em um dilema: por um lado, sentiam-se explorados pelo governo imperial e, por outro, ameaçados pelas massas populares (LYNCH, 2008, p.28).

Napoleão, após invadir a Espanha em 1808, forçou a abdicação do rei Carlos IV e deu a Coroa a seu irmão José Bonaparte. Os espanhóis organizaram um governo de resistência em Cádiz, mas este não tinha condições de governar a metrópole, muito menos as colônias. Manuel Chust (2008, p.248-249) destaca a difícil situação do império espanhol [...]
[...]o processo ficou ainda mais complicado quando, a partir de 1808 e especialmente de 1810 até 1814, a “Monarquia” sem monarca se tornou constitucional com o Código de 1812, sancionado pelas Cortes de Cádiz.

4 “*América creó su propia industria de astilleros en Cuba, Cartagena y Guayaquil, y adquirió una autosuficiencia global en defensa. Las defensas naval y militar de México y peru eran financiados por las tesorerías locales, y este no solo activó los astilleros, fundiciones de cobre y talleres de armas, sino también actividades secundarias que servían a esas industrias.*” (tradução livre do autor)

5 O líder indígena peruano José Gabriel Condorcanqui Noguera conduziu a maior rebelião anticolonial da América no século XVIII, se autoproclamando como o sucessor do último imperador inca.

A primeira reação das elites coloniais – tanto peninsulares, como *criollos* – foi organizarem juntas leais ao governo em Cádiz, entre 1808 e 1810. Em face da situação em que se encontravam, caracterizada por tensões sociais e pelo enfraquecimento da monarquia, os *criollos*, cujos interesses nem sempre coincidiam com os da metrópole, apresentavam diversas reivindicações com caráter autonomistas, não sendo atendidos em seus pleitos (CHUST, 2008, p.248-249).

A revolução dos escravos ocorrida no Haiti entre 1794 e 1804, onde muitos brancos foram massacrados e expulsos, provocou ainda mais instabilidade social entre as elites hispano-americanas, sentimento que seria partilhado também no Brasil (DIAS, 2005, p.23).

A América hispânica, contudo, logo mergulhou no caos político, com as câmaras locais divididas e se contrapondo aos vice-reis e demais burocratas peninsulares. A partir de 1810 conflitos armados irromperam em diversas partes da América, com forte caráter revolucionário, colocando em terrenos opostos tropas “realistas” e os exércitos libertadores.⁶

A Guerra Peninsular também determinou profundas mudanças em Portugal, que resultariam na independência de sua principal colônia: o Brasil. O processo de emancipação política da América portuguesa, contudo, deu-se de maneira completamente distinta das colônias hispânicas, conforme observou Maria Odila Dias, um “processo *sui generis*”, caracterizado não pela ruptura, mas pela continuidade (DIAS, 2005, p.11).

Aproveitando-se do domínio de quase toda a Europa, Napoleão decretou, em 1806, o Bloqueio Continental⁷, visando derrotar a Inglaterra, sua principal inimiga. Devido à dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra, o príncipe-regente D. João, que substituíra sua mãe D. Maria I afastada do trono por demência desde 1792, não acatou de imediato a imposição do bloqueio.⁸

Com efeito, em novembro de 1807 os franceses invadiram o território português. Atendendo a um plano já há bastante tempo gestado e aperfeiçoado pela burocracia estatal

6 Cf GUERRA (1992), a ruptura se dava em termos da antiga relação pessoal e recíproca estabilidade entre o súdito e o rei, definida como uma relação binária. A noção de nação enquanto uma grande família era perdida a partir do desaparecimento da pessoa do rei.

7 Pelo decreto de Napoleão, ficava proibido o comércio entre os países da Europa sob seu domínio com a Inglaterra. Com isso, a França buscava arruinar a poderosa economia inglesa, primeiro passo para uma posterior vitória de Bonaparte no campo militar.

8 Diante da hesitação do regente português, Napoleão assinou com a Espanha, sua aliada desde 1807, o Tratado de Fontanebleau, que previa a invasão de Portugal por tropas anglo-francesas, a derrubada de seu governo e o desmembramento do reino e de suas colônias.

portuguesa (os “coimbrões”), e com o apoio da Inglaterra, em 1808 a família real portuguesa deixou Lisboa e partiu para o Brasil, modificando a sede do reino com o objetivo imediato de manter intacta a Coroa portuguesa.

Nesse novo modelo de império luso-brasileiro, D. João contribuiu para a centralização do poder na cidade do Rio de Janeiro, que passou a figurar como a nova sede da metrópole, e inverteu o estatuto colonial do Brasil (NEVES, 2009, p.104 e 107).

A vinda da família real representou o traslado de toda a administração e Lisboa para o Rio de Janeiro e, cedo, novos órgãos da burocracia estatal e do patrimônio cultural foram criados no Brasil. Em abril de 1808, foi criado o Arquivo Central, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas. Em maio, D. João criou a Imprensa Régia e, em setembro, surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal editado no país. Logo vieram livros didáticos, técnicos e de poesia. Em janeiro de 1810, foi aberta a Biblioteca Real, com 60 mil volumes trazidos de Lisboa. Foram criadas a Escola de Cirurgia (1808), a Aula de Comércio (1810) e a Academia Médico-cirúrgica (1813). A ciência também ganhou com a criação do Observatório Astronômico (1808), do Jardim Botânico (1810) e do Laboratório de Química (1818).

Em agosto de 1820, teve início em Portugal a Revolução do Porto, que visava principalmente ao estabelecimento de um regime constitucionalista e ao retorno de D. João, visto que este havia permanecido no Brasil mesmo após a derrota de Napoleão na Europa. A situação político-econômica de Portugal beirava o caos desde a transferência da família real para o Brasil, e a revolução era o resultado do descontentamento geral reinante na sociedade portuguesa.

Pressionado pelas cortes lusitanas, D. João, contra a sua vontade e após um período de treze anos de permanência, onde se destacaram a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1810, e a elevação do Brasil a reino unido a Portugal e Algarves, em 1815, partiu com destino a Portugal em 1821, deixando em seu lugar, como príncipe-regente, seu filho D. Pedro.

Por exigência das tropas portuguesas estacionadas no Brasil, D. Pedro jurou observar a Constituição portuguesa, mas, ainda em 1821, diversas medidas das Cortes de Lisboa tentaram diminuir o poder do regente e pôr fim a autonomia que o Brasil adquirira. Além

disso, as Cortes passaram a insistir na volta de D. Pedro para Portugal, sob o pretexto de que ele precisava completar seus estudos na Europa.

A insistência para que D. Pedro retornasse para Portugal despertou atitudes de resistência no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Sentindo que a volta do príncipe seria inevitável a restituição do Brasil à condição de colônia, algumas lideranças brasileiras deram início a um movimento para pressioná-lo a permanecer no Brasil.

Em janeiro de 1822, foi entregue uma petição ao príncipe solicitando que não abandonasse o Brasil. D. Pedro aquiesceu e, desrespeitando frontalmente a deliberação das Cortes, optou por permanecer como regente, no que ficou conhecido como o “dia do fico”.⁹

Em face das reiteradas pressões das cortes de Lisboa, em 7 de setembro de 1822 o príncipe declarou a independência do Brasil, concluindo o longo e cumulativo processo caracterizado pela continuidade ao longo do caminho (MAXWELL, 2000, p.193).

Os processos de independência tão distintos das colônias das Américas hispânica e portuguesa, caracterizados pela ruptura e pela continuidade, respectivamente, teriam reflexos diretos no campo militar, como veremos a seguir.

O PODER MILITAR E A FORMAÇÃO DOS NOVOS TERRITÓRIOS

Possuidor de um vasto império ultramarino, a Espanha sempre se valeu de seu poder militar para manter seus territórios coloniais, utilizando, para tal, sua bem estruturada marinha e seu exército. Todavia, em razão da extensão territorial a ser guardada e protegida contra ameaças e do tamanho do exército regular espanhol, parcela significativa da defesa das colônias era atribuída às milícias locais.

A esse respeito, John Lynch (2008, p.12) destaca que, embora a Coroa espanhola tivesse a preocupação de manter estacionadas nas colônias um mínimo de tropas europeias, a

Espanha não tinha dinheiro nem homens para manter grandes guarnições de tropas regulares na América, e dependia principalmente das milícias coloniais, que, em meados do século XVIII, foram ampliadas e reorganizadas.

⁹ Na ocasião, José Clemente Pereira leu o documento para o príncipe, que teria respondido com as seguintes palavras: “*Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico*”. O episódio foi importante para o processo de independência, pois assinalou a primeira adesão pública do príncipe-regente à causa brasileira.

A Guerra peninsular agravou a questão da defesa das colônias, na medida em que a Coroa espanhola, diante da possibilidade da perda de seu território e do próprio reino, precisou direcionar o esforço de seu poder militar para a Europa, deixando as colônias praticamente a cargo das milícias locais. Para enfrentar os franceses, teve início uma forte política de recrutamento forçado, com o objetivo de completar o exército para a defesa da própria península (BELTRÁN, 2000, p.45).

Um exemplo dessa incapacidade de empregar seu poder militar para defender as colônias nas Américas ocorreu após a Batalha de Trafalgar¹⁰, após a qual a monarquia espanhola ficou praticamente sem uma Armada. Diante das constantes investidas inglesas contra o Rio da Prata, os espanhóis não puderam combatê-los nas melhores condições, pois, mesmo possuindo tropas regulares para intervir na região, não dispunham de uma esquadra para transportá-los. Diante da manifesta ausência da Armada espanhola, os ingleses efetivamente ocuparam Buenos Aires em 1806 (CHUST, 2008, p.250).

Para estimular o alistamento nas milícias, foram concedidas aos *criollos* e aos mestiços as mesmas prerrogativas de que gozavam os militares espanhóis, o que representou um instrumento de mobilidade e ascensão social, ao mesmo tempo em que promoveu uma “americanização” do exército colonial espanhol, inclusive entre as poucas tropas regulares desdobradas nas Américas (LYNCH, 2008, p.17). O estabelecimento de batalhões fixos e milícias permanentes constituiu-se em fator fundamental para explicar a perda do controle das regiões colonizadas por parte da Coroa espanhola (KUETHE, 1978, p.170). Ao delegar a defesa das colônias para as milícias e para as elites locais, a Espanha criou uma arma que se voltaria contra ela (LYNCH, 2008, p.17).

As tensões sociais e econômicas e a perda da capacidade da monarquia espanhola de controlar suas colônias americanas resultaram em movimentos de ruptura, que surgiram com caráter descentralizado e regional. As condições culturais, administrativas e geográficas existentes no período colonial favoreceram a formação de unidades regionais distintas umas das outras. A administração do império era estruturada em vice-reinados, capitânias-

¹⁰ A Batalha de Trafalgar ocorreu ao largo da costa espanhola, em outubro de 1805, opondo a esquadra inglesa à uma esquadra franco-espanhola. A Marinha Real britânica saiu-se vitoriosa, causando grandes danos às forças navais francesas e espanholas. Após a derrota em Trafalgar, Napoleão Bonaparte desistiu de tentar invadir a Inglaterra, adotando outra tática contra os ingleses, a do Bloqueio Continental.

gerais e audiências, cada qual com organização burocrática própria e com um governante executivo. Essa estrutura fragmentada favorecia o regionalismo e um sentimento de pertencimento social local (LYNCH, 2008, p.30).

A extensão do território, associada a grandes acidentes geográficos dissociadores, como a Cordilheira dos Andes e os rios da Amazônia e da Bacia do Prata, por exemplo, também contribuíam para o fortalecimento dos regionalismos. O mesmo ocorria com as lideranças *criollas*, estabelecidas segundo uma lógica associada aos diferentes territórios.

Dentro desse quadro, as milícias seguiram o caminho natural de serem organizadas também com caráter regional, não havendo, nos primeiros anos do século XIX, uma força militar efetivamente unificada na América hispânica. Após a inesperada e surpreendente vitória espanhola contra os franceses na batalha de Bailén (1808)¹¹, os vice-reis e os capitães-gerais interpretaram que a Coroa estava se fortalecendo, e utilizaram suas forças armadas para impor sua autoridade e defender a monarquia, acusando de “insurgentes”, “infiéis” e “traidores de lesa-majestade” muitos dos movimentos articulados pelos *criollos* em algumas juntas em busca de mais autonomia (CHUST, 2008, p.260-261).

Com efeito, a partir de 1810 lideranças *criollas*, como Simón Bolívar, José de San Martín, Francisco de Miranda, dentre outros, começaram a organizar exércitos de libertação dentro de seus próprios territórios para lutar contra o poder imperial (MARCHENA; CHUST, 2007, p.87). Com promessas que incluíam a abolição da escravatura e a concessão de benefícios sociais a seus soldados “patriotas”, os líderes *criollos* conseguiram reunir uma força militar capaz de obter a vitória contra a facção “realista”, resultando na libertação do jugo colonial espanhol (GOUVEIA, 1997, p.291).

No conjunto, os movimentos pela independência na América hispânica tiveram forte caráter de guerra civil. Com o vácuo de poder na Espanha, decorrente da invasão napoleônica entre 1808 e 1815, as elites locais lutaram duramente pelo poder, esfacelando a estrutura político-administrativa dos vice-reinados e capitânias-gerais. Em todos os casos, a solução política foi o regime republicano, com exceção do México, que experimentou um muito breve período imperial.

¹¹ A Batalha de Bailén ocorreu durante a Guerra Peninsular, nas proximidades da cidade de Bailén, Província de Jaén, Espanha, no dia 19 de julho de 1808. Na ocasião um exército francês, com cerca de 21.000 soldados, foi derrotado por forças espanholas mais numerosas (cerca de 27.000 homens), no que foi a primeira derrota militar do exército de Napoleão Bonaparte.

Simón Bolívar chegou a esboçar um plano de unificação da América espanhola, embora a base de seu Pan-Americanismo fosse extremamente precária. Muitas lideranças disputavam o poder com ele, com a intenção de organizarem governos regionais, dificultando a união, além da oposição dos Estados Unidos, que viam a criação de um grande país latino-americano como uma ameaça a seus interesses no continente. Em 1826, por ocasião do Congresso do Panamá, o projeto foi abandonado e a região se esfacelou em vários países.

A incapacidade da Espanha de projetar o seu poder militar sobre suas colônias e o caráter regional das milícias hispano-americanas resultaram, na classificação de Manuel Chust, em uma “ruptura colossal” (CHUST, 2008, p.261), com a fragmentação territorial e a formação de mais de uma dezena de Estados.

De forma análoga ao que acontecia com os espanhóis, o império ultramarino português era, por sua extensão e dispersão geográfica, bastante vulnerável a ameaças externas. Em seus três primeiros séculos de história, o Brasil sofreu invasões francesas e holandesas, a ação de corsários em sua costa, e enfrentou uma guerra limitada no sul do território contra os espanhóis (CARVALHO, 1999, p.155-156).¹²

Em face da constante ameaça de conflito contra franceses e espanhóis, em meados do século XVIII, o Rei D. João V procurou dar uma estrutura mais adequada ao Exército Português, organizando-o em três linhas. A artilharia foi estruturada como arma, tornando-se independente da infantaria. A nova organização dividia o exército em três categorias: tropas de 1ª, 2ª e 3ª linhas.

As tropas de 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em Terços, até D. João V, ou em Regimentos, no século XVIII (WHELING; WHELING, 1994, p.308). Inicialmente, na primeira linha a infantaria era constituída por Terços regulares e por Terços auxiliares (da 2ª linha), que podiam ser chamados para servir na 1ª linha em caso de necessidade; a cavalaria era dividida em companhias, enquanto a artilharia formava um corpo separado. Com a transformação dos terços em regimentos, a 1ª linha passou a ser constituída por regimentos de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia.

12 Cf. José Murilo de Carvalho (1999), a “guerra com os índios e a defesa da colônia contra a ameaça de outras potências, sobretudo a Espanha, a Holanda e a França, eram tarefas custosas que deixavam poucos recursos para investir na exploração dos novos territórios, pelo menos até a descoberta do ouro ao final do século XVII. Por um período de 60 anos (1580-1640), a autonomia da metrópole desapareceu sob o domínio espanhol. Durante esse período, os holandeses ocuparam a parte mais rica da colônia. Libertar-se da Espanha e expulsar os holandeses foram tarefas adicionais que exauriram ainda mais a metrópole.”

No Brasil, os efetivos da 1ª linha variaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a necessidade e os conflitos. No entanto, em todas as situações, o número de soldados regulares era pequeno para atender às necessidades da Colônia, ou se comparado com a 2ª linha.

As tropas de 2ª linha eram as milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos. Seus integrantes não venciam soldo, mas estavam sujeitos a um rígido código disciplinar. Organizadas também com infantaria, cavalaria e artilharia, a distribuição de unidades de 2ª linha variava muito de capitania para capitania.

A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível face o treinamento deficiente e a organização precária. Eram comuns as queixas dos governadores e vice-reis dando conta da “falta de vocação militar do brasileiro”. Por outro lado, Martinho de Melo, Secretário da Marinha e Ultramar, afirmava que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil” (RIOS, 2001, p.21). Sua observação reveste-se de caráter quase profético, pois, anos mais tarde, seria justamente a milícia quem asseguraria o processo de emancipação do Brasil

As ordenanças, uma antiga instituição militar portuguesa, constituíam a 3ª linha e arregimentavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, em tese, incapazes de servir nas tropas de 1ª ou 2ª linha (DARÓZ, 2013, p.31-33).

Novas reformas no sistema militar português ocorreram em 1796 com reflexo na Colônia, quando as tropas auxiliares (2ª linha) passaram a ser denominadas regimentos de milícias.

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808, em consequência da invasão francesa, e a instalação da sede do Estado português no Rio de Janeiro tiveram reflexos imediatos no campo da defesa. D. João encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas. As tropas não eram instruídas adequadamente e sua distribuição geográfica não permitia o emprego eficaz em caso de necessidade. Se a situação na 1ª linha já não era das melhores, a milícia encontrava-se ainda em piores condições. Seus homens demonstravam

“tão pouco apego à profissão que, quando não estavam na formatura eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento” (LIMA, 1996, p.288).

Diante deste cenário, D. João nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que fora aluno da Universidade de Coimbra. Por intermédio do novo secretário, o regente tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

Com a inversão do estatuto colonial do Brasil (NEVES, 2009, p.104), o poder militar português passou a ser concentrado no Brasil, situação completamente oposta do que ocorreu na América hispânica, onde as forças armadas foram direcionadas para defender a península. As reformas empreendidas pelo Conde de Linhares estabilizaram o poderio militar no Brasil, a ponto de D. João decidir empreender campanhas militares contra a Guiana e contra a Cisplatina, embora essas guerras limitadas tenham impactado negativamente as finanças do reino (DIAS, 2005, p.15).

A partir de 1815, expulsas as tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do Exército Português. A Divisão de Voluntários d’ El Rei, contando com cerca de 10.000 homens, foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas que, sob as ordens do General Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no sul do país. Para a Corte, em 1817 veio a Divisão Auxiliadora, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados à Pernambuco, Bahia e Piauí. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil (DARÓZ, 2013, p.35).

O poder militar português passou a ser concentrado no Brasil, situação completamente oposta do que ocorreu na América hispânica, onde as forças armadas foram direcionadas para defender a península. As reformas empreendidas pelo Conde de Linhares estabilizaram o poderio militar no Brasil, a ponto de D. João decidir empreender campanhas militares

contra a Guiana e contra a Cisplatina, embora essas guerras limitadas tenham impactado negativamente as finanças do reino (DIAS, 2005, p.15).

A recusa de D. Pedro de regressar a Portugal, deixando claro o seu posicionamento de insubmissão às Cortes de Lisboa, levou as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora a traçarem um plano para conduzi-lo à força para a Europa. Ciente da ameaça, D. Pedro mobilizou a milícia, composta em sua maioria por brasileiros, que garantiu a defesa do regente. Após o “dia do fico”, a mesma divisão provocou desordens no Rio de Janeiro, o que levou D. Pedro a enviá-la para Niterói. Mais tarde, visando à consolidação de sua posição, o regente expulsou a Divisão Auxiliadora, determinando seu retorno para a Europa (ALEXANDRE, 1998, p.34).

Após a declaração de independência em 7 de setembro de 1822, as poucas tropas regulares portuguesas estacionadas no Brasil procuraram resistir à nova situação, particularmente nas regiões onde o controle a partir do Rio de Janeiro era mais difícil. Teve início, então, uma guerra entre os portugueses e o novo exército imperial brasileiro, estabelecido com base na milícia, mas também com a adesão de oficiais e soldados portugueses que optaram pela causa da independência. No breve conflito, ocorrido no Grão-Pará, Ceará, Piauí, Bahia e Cisplatina, D. Pedro pôde empregar o poder militar, estabelecido no Brasil por seu pai a partir de 1808, para expulsar os portugueses e, em um primeiro momento, assegurar a integridade territorial do país. Portugal chegou a planejar o envio de reforços para tentar reverter a situação, mas, com o reconhecimento da independência pela Inglaterra, o plano foi abandonado (NEVES, 2009, p.130).

O processo de emancipação política do Brasil, no entanto, não coincidiu com a consolidação da unidade nacional, que ocorreu somente alguns anos mais tarde. (DIAS, 2005, p.7). O país teve consolidada a sua independência e definidas suas fronteiras no período regencial, na década de 1840, quando, novamente aplicando seu poder militar a partir do Rio de Janeiro, o Governo imperial conseguiu sufocar diversas revoltas regionais de caráter separatista, oportunidade na qual Caxias teve atuação destacada (MAXWELL, 2000, p.194).

A exceção foi a província Cisplatina, que, após uma guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, e sob os auspícios da Inglaterra, tornou-se o Uruguai,

na condição de estado-tampão para limitar os interesses brasileiros na região (MAXWELL, 2000, p.194). Com exceção dessa perda, o território brasileiro permaneceu íntegro, situação completamente distinta do que ocorreu com os novos países da América hispânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de independência das colônias espanholas e portuguesa nas Américas teve características bastante distintas, e foi motivado por diferentes fatores, inclusive no campo militar, resultando na configuração territorial dos países latino-americanos.

Foram necessários alguns conflitos pós-independências para atribuir o desenho atual das fronteiras. Na América do Norte, após uma guerra ocorrida entre 1846 e 1848, o México foi obrigado a ceder grandes regiões do norte do país para os Estados Unidos. No sul do continente, a Guerra do Paraguai (1864-1870) fez com que o Paraguai perdesse boa parte de seu território para o Brasil e para a Argentina. A Guerra do Pacífico, que confrontou o Chile e as forças conjuntas da Bolívia e do Peru entre 1879 e 1883, fez com que a Bolívia perdesse definitivamente sua saída para o Oceano Pacífico. Na virada do século XIX para o XX, após uma revolta local, o Acre foi incorporado ao território brasileiro. Já no século XX, entre 1932 e 1935, a Bolívia e o Paraguai se enfrentaram em um conflito pela posse da região do Chaco. Em julho de 1938, os dois países aceitaram o acordo de paz firmado em Buenos Aires, estabelecendo que o Paraguai ficaria com 3/4 do território do Chaco Boreal e a Bolívia com 1/4.

Apesar dessas novas modificações pontuais nas fronteiras, a configuração territorial dos países da América Latina aproxima-se da que resultou do processo de emancipação política das metrópoles ibéricas. As características das independências das antigas colônias espanholas e portuguesa, marcadas fortemente pela ruptura e pela continuidade, respectivamente, tiveram como consequência a fragmentação territorial dos países de origens hispânicas e a manutenção da integridade do território brasileiro.

Neste processo as possibilidades de emprego do poder militar fizeram a diferença. Enquanto a Espanha carregou seus meios para lutar contra os franceses na Península Ibérica, e deixaram a defesa das colônias a cargo de milícias regionais, que se voltaram contra a monarquia, sob a liderança das elites *criollas* locais, que reivindicavam por seus

direitos. De forma completamente distinta, a vinda da Família real portuguesa para o Brasil trouxe junto o cerne do poder militar, que foi utilizado por D. Pedro para vencer a resistência das tropas regulares portuguesas e, durante o período regencial, pelo Governo imperial para sufocar revoltas separatistas. O resultado desse processo histórico pode ser visto nas fronteiras dos países latino-americanos até hoje.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, v.4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. *História Revista*, Goiânia, v.12, n.2, p.279-315, jul./dez. 2007.
- BELTRÁN, Cristina Borroguero. *Diccionario de Historia Militar: Desde los reinos Medievales hasta nuestros días*. Barcelona: Ariel, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. Elites políticas e a construção do Estado. In: *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: EdiUNB, 1981, p.23-40.
- _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências iberoamericanas. *Revista de História*, n.159, 2º sem. 2008, p.243-262.
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.7-39.
- KUETHE, Allan. *Military reform and society in New Granada, 1773-1808*. Gainesville: University Presses of Florida, 1978.

- LIMA, Oliveira. *D. João no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. Barcelona: Ariel, 2008.
- MARCHENA, Juan; CHUST, Manuel (Orgs.), *Por la fuerza de las armas: Ejercito e independencias en Iberoamérica*. Castellón: Universidad Jaume I, 2007.
- MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000, p.179-195.
- NEVES, Lúcia Bastos. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.95-136.
- NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Aproximações, estudo de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p.165-181.
- GOUVEIA, Maria de Fátima. Revolução e independências. Notas sobre os conceitos e os processos revolucionários na América espanhola. *Revista Estudos Históricos*, n.20, 1997, p.275-294.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencia*. Madri: Mapfre, 1992.
- RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

GUERRA IRREGULAR NO BRASIL SEISCENTISTA: A GENESE DE UMA NAÇÃO EM ARMAS DURANTE O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA PERNAMBUCANA CONTRA O INVASOR HOLANDÊS (1630-1654)

Rodney Alfredo Pinto Lisboa¹

RESUMO

Em meados do século XVII, a Companhia das Índias Ocidentais holandesa invadiu a capitânia de Pernambuco com o objetivo de controlar o próspero mercado produtor de açúcar na região Nordeste do Brasil. Tomando a iniciativa de resistir à ocupação estrangeira, os membros constituintes da população, formada por um amálgama de raças (índios, negros e brancos), organizaram um movimento armado, que por encontrar-se militarmente inferiorizado, combatia as tropas batavas utilizando recursos cuja ortodoxia distinguia-se do modelo de guerra convencional empregado na Europa. Valendo-se do conhecimento do terreno, da furtividade, da astúcia, do imprevisto, da mobilidade e da flexibilidade operacional, os insurretos surpreenderam o adversário com seu modelo atípico de combate. Combinando doutrinas formais de enfrentamento com táticas de guerra irregular, os insurgentes resistiram ao assédio adversário por 24 anos (1630-1654), impondo-se sucessivamente em uma série de batalhas decisivas até a capitulação holandesa.

Palavras-chave: Invasão holandesa; Insurreição Pernambucana; Guerra Irregular.

ABSTRACT

In the mid-seventeenth century, the Dutch West India Company invaded the flagship of Pernambuco in order to control the thriving market sugar producer in northeastern Brazil. Taking the initiative to resist foreign occupation, the constituent members of the population, formed by an amalgamation of races (Indians, white and black people), organized an armed movement, which find themselves militarily inferior, the Batavian troops fought using resources whose orthodoxy was distinguished from conventional warfare model employed

¹ Docente da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI); Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval (EGN); Sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

in Europe. Drawing on the knowledge of the terrain, stealth, cunning, improvisation, mobility and operational flexibility, insurgents surprised the opponent with his unusual style of combat. Combining formal doctrines of coping with irregular warfare tactics, insurgents resisted the opponent harassment for 24 years (1930-1954), imposing successively in a series of decisive battles to the Dutch capitulation.

Key-words: Dutch Invasion; Pernambucana Insurrection; Irregular Warfare.

OCUPAÇÃO HOLANDESA DA CAPITÂNIA DE PERNAMBUCO

No decorrer do século XVI, a República das Províncias Unidas do Norte (Holanda), cuja economia encontrava-se centrada em atividades mercantilistas, transformou-se gradativamente em uma potência comercial e marítima que despontava como o principal centro financeiro da Europa.² Em decorrência desse progresso, as embarcações holandesas sofreram um embargo comercial imposto por Filipe II (regente dos tronos unificados de Portugal e Espanha³), que fechou os portos da Península Ibérica para os navios de bandeira batava.⁴

Com o objetivo de fazer frente ao império luso-espanhol, durante o século XVII a Holanda organizou a Companhia das Índias Orientais (VOC [*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*]) em 1602 e a Companhia das Índias Ocidentais (WIC [*West Indische Compagnie*]) em 1620, ambas com a atribuição de comercializar clandestinamente com as colônias luso-espanholas estabelecidas, respectivamente, no Oriente e no Ocidente.

Durante o século XVII, quando o território brasileiro encontrava-se dividido pelo sistema de capitânias⁵, Pernambuco destacou-se como a mais promissora entre as dezenove capitânias da colônia portuguesa na América. Desenvolvendo-se predominantemente por ocasião da produção açucareira, principal fonte de riqueza da Europa no período, a capitânia

2 LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Senac, 2008, p. 125.

3 União política das Coroas de Portugal e Espanha entre 1580 e 1640. Ocorrida após a Guerra da Sucessão Portuguesa (1580-1583), disputada por Antônio (*Prior do Crato*) e Filipe II (rei da Espanha), a união de ambas as Coroas e suas respectivas possessões coloniais ficaram nas mãos de Filipe II que fez valer à força seus direitos dinásticos.

4 PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. (Org.). **História Militar Brasileira I: do período colonial ao monárquico**. [Livro didático] Palhoça: UnisulVirtual, 2009, p. 62.

5 Sistema de administração territorial das colônias portuguesas, inicialmente utilizado para a exploração das ilhas atlânticas da Madeira e de Cabo Verde. Vigente no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, através desse sistema a Coroa portuguesa, sem recursos para proteger sua colônia da cobiça estrangeira, doava lotes de terras a beneficiários portugueses, que por sua vez assumiam a responsabilidade de colonizar, explorar e defender o território sob sua responsabilidade.

de Pernambuco possuía mais de 100 engenhos de açúcar, tornando-se alvo constante da cobiça estrangeira, motivo pelo qual foi assediada em 1630 pela Companhia das Índias Ocidentais.⁶ É imperioso destacar que a investida holandesa contra Pernambuco, constituiu o segundo assédio das tropas batavas contra o território luso-brasileiro. Em março de 1625, aproximadamente um ano após terem conquistado a cidade de Salvador, então capital da colônia, os holandeses foram surpreendidos pela intensa campanha ofensiva que empregava sucessivas ações de choque conduzidas pelas “Companhias de Emboscadas”, sofrendo cerco por terra, pelas tropas chefiadas por D. Marcos de Mendonça (bispo de Salvador), e por mar, pela frota portuguesa capitaneada por D. Fradique de Toledo Osório.⁷

Convocados pelo regimento real de 1548 a prestar serviço militar para defender o litoral brasileiro de corsários estrangeiros, os habitantes da colônia não foram devidamente mobilizados quando, em fevereiro de 1630, a poderosa esquadra (65 navios) que transportava as tropas holandesas (7.280 homens) se aproximou do litoral pernambucano com o objetivo de ocupá-lo e dominá-lo.⁸ A aristocracia rural, mais preocupada com a construção de engenhos de açúcar, manteve o território precariamente guarnecido (130 homens) e desarmado, sendo incapaz de enfrentar a ameaça representada pelo poder militar reunido pela Companhia das Índias Ocidentais.⁹

Na iminência do ataque holandês, Matias de Albuquerque, que na ocasião servia como capitão-general e governador-geral de Pernambuco, retornou da Europa e procurou fortalecer suas defesas prevendo uma ofensiva contra o porto do Recife, principal via de escoamento das riquezas da capitânia. Convém esclarecer que à época do assédio holandês, Filipe II, envolvido na Guerra dos Trinta Anos¹⁰, não se mostrava preocupado em prover a adequada defesa do litoral brasileiro. A cidade de Olinda, sede da capitânia, encontrava-se guarnecida por uma tropa numericamente reduzida e mal adestrada, precariamente abastecida por uma bateria de apenas 14 peças de artilharia de pequeno calibre.¹¹

6 CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993, p. 67.

7 PINHEIRO, Álvaro de Souza. Apresentação. In: DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos**: operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008, p. 18.

8 SENA, Davis Ribeiro de. **Exército Brasileiro**: ontem, hoje, sempre. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 2000, p. 19.

9 ALBUQUERQUE, Marcos; VELEDA, Lucena; NOGUEIRA, Rubia. O Forte Real do Bom Jesus: um marco da resistência à invasão pernambucana. **VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações**. Florianópolis: UFSC, Mar/Abr 2010. Disponível em: http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Forte_Bom_Jesus.pdf. Acesso em: 20 Abr 2014.

10 Série de conflitos ocorridos entre 1618 e 1648 entre diversas nações europeias opondo interesses político-religiosos de povos católicos e protestantes.

11 GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. v.1. Rio de Janeiro: Record, 1966, p. 52.

Para compensar a inconsistência de seu sistema defensivo, Matias de Albuquerque afundou algumas embarcações para bloquear a entrada do porto, forçando as tropas holandesas a desembarcar na praia do Pau Amarelo, nas proximidades de Olinda. Após encontrar pequena resistência nas margens dos rios Doce e Tapado, os invasores avançaram sem grandes dificuldades em direção a Olinda. Ciente de que suas forças não eram suficientes para resistir ao ataque holandês e garantir a defesa da capitânia, o governador-geral ordenou a retirada de suas tropas e a destruição de tudo que pudesse representar uma eventual fonte de lucro para os holandeses.¹² A partir de então tinha início o movimento de resistência nativista contra o domínio holandês que se estenderia por longos 24 anos.

É importante destacar que a ocupação holandesa do território brasileiro encontra-se historicamente dividida em três fases distintas. A primeira fase (1630-1637) foi marcada por uma renhida “guerra de resistência”¹³ das tropas luso-brasileiras contra as forças de ocupação, sendo concluída a partir da afirmação do domínio batavo ao longo do território compreendido entre o rio São Francisco e o Ceará. A segunda fase (1637-1644), conhecida como “Período Nassoviano”, ficou caracterizada como uma época de paz relativa em virtude da política de beneficiamento proposta aos senhores de engenho, bem como pela próspera evolução do “Brasil holandês” sob administração de João Maurício de Nassau (Johann Mauritius van Nassau-Siegen). A terceira fase (1644-1654), por sua vez, distingue-se pelo fim da política conciliatória de Nassau (afastado em 1644 por discordar das intenções dos acionistas da WIC), instituindo a cobrança das dívidas dos grandes proprietários rurais, que ameaçados de perder suas propriedades passaram a apoiar e financiar o movimento insurrecional visando a expulsão dos batavos das terras ocupadas.¹⁴

A INICIATIVA DOS INSURRETOS DE PROLONGAR O CONFLITO EMPREGANDO ESTRATÉGIAS DE DESGASTE

12 CUNHA, Eliel Silveira. (Ed.). A tomada de Pernambuco. **Brasil 500 anos: 1620-1714**. Coleção Brasil 500 anos. v. 3., São Paulo: Abril, 1999, p. 135.

13 Conflito armado conduzido por forças nacionais contra uma força de ocupação estrangeira. Esse tipo de conflito tem por objetivos: restabelecer a integridade nacional, a unidade política, a soberania e/ou independência que encontram-se comprometidas em virtude da interferência externa.

14 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 85-86.

Após sua retirada de Olinda, as tropas nativistas comandadas por Matias de Albuquerque recuaram para o interior marchando até o Forte Real do Bom Jesus (Arraial Velho), local onde se instituiu a sede do movimento de resistência até 1635 quando de sua destruição pelos holandeses. Enquanto permaneceram no Arraial Velho, os insurretos empregaram técnicas mistas de combate que amalgamavam a arte militar europeia (centrada em praças fortes) à “guerra de mato” característica da região Nordeste do Brasil. Assim, conforme preconizava a doutrina europeia da época, o Forte Real do Bom Jesus (local onde estava concentrada a população civil) encontrava-se guarnecido pelas tropas regulares (milícias) e por peças de artilharia capturadas do inimigo, posicionado estrategicamente à retaguarda de uma linha de postos avançados (estâncias), de onde partiam as companhias volantes para realizar ações de emboscada contra os invasores holandeses impedindo a ampliação da área sob o domínio batavo.¹⁵

Quando propomos analisar a arte militar natural do Brasil distinguindo-a do modelo empregado na Europa, é fundamental dispensar especial atenção às características específicas do terreno em questão. Na Europa, em virtude da carência de vegetação que eventualmente poderia prover alguma proteção para os combatentes, o confronto entre as forças antagonistas é realizado de forma direta e “a peito descoberto”. No Brasil, devido à abundante vegetação, a luta ocorria “entre paus”, utilizando o mato denso como trincheira natural e/ou como recurso para ocultar um ataque furtivo típico da guerra irregular desenvolvida pelos insurgentes.¹⁶

Cabe salientar, contudo, que a adoção de táticas de guerra irregular pelos insurretos originou-se a partir da necessidade premente e não por ocasião de considerações de ordem militar. A guerrilha mostrou ser o único recurso do qual dispunha uma população numericamente inferiorizada, sem recursos adequados, repleta de população desobrigada e marginalizada que não se adequava a rotina dos engenhos e tampouco se adequaria a rotina das guarnições.¹⁷

Sem poder contar com auxílio naval oriundo da metrópole, a estratégia adotada pelos insurretos no decorrer desse período, denominada “Guerra Lenta”, buscava manter o

15 MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 231.

16 Idem, p. 243.

17 Idem, p. 24.

controle sobre as áreas de produção açucareira, restringindo o controle holandês ao litoral. Como parte dessa estratégia, os luso-brasileiros esperavam ganhar tempo na expectativa de que as Coroas unificadas de Portugal e Espanha enviassem uma frota com poder naval suficiente para forçar a capitulação holandesa, ou mesmo que a WIC reconsiderasse o controle do litoral nordeste brasileiro em virtude dos altos custos envolvidos no processo.

Para cumprir com seu intento, os insurretos reuniram os limitados efetivos militares à chamada “gente da terra” (índios, negros e mestiços) visando empreender ações de guerrilha¹⁸ que limitassem o raio de ação inimigo aos seus redutos litorâneos.¹⁹ É importante salientar, que a natureza informal, dinâmica, flexível e mutável do combate irregular, não está condicionada aos princípios teóricos e padrões rígidos de conduta que norteiam as operações regulares. Essa modalidade distinta de condução da guerra, valendo-se da mobilidade e da imprevisibilidade, favorece a guerra de desgaste²⁰ característica dos confrontos assimétricos que opõem forças diametralmente opostas em termos de poder de combate.²¹ É exatamente essa concepção aleatória de enfrentamento, denominada de “Guerra Brasília” ou “Guerra Volante” em virtude de suas particularidades, que surpreendeu e impressionou os combatentes holandeses nos inúmeros confrontos travados contra a oposição luso-brasileira.

Em 1641, após a restauração do trono português ocorrida no ano anterior, Portugal apresentou à Holanda uma proposta de trégua por um período de dez anos na tentativa de conter o avanço do domínio batavo sobre o território brasileiro. Os holandeses por sua vez, além de não respeitarem o tratado, ampliaram suas possessões na costa nordeste brasileira estendendo-as de Sergipe até o Maranhão.

Durante este período, inferiorizada numericamente, organizada de forma precária, desprovida de armamento, víveres e munição em número suficiente, a resistência

18 Modalidade de guerra irregular envolvendo procedimentos de combate realizados em território sob controle inimigo, por forças militares ou paramilitares (predominantemente locais), a fim de reduzir a eficiência do governo ou poder de ocupação nos campos político, econômico, psicossocial e militar.

19 VALLENÇA, Millena Lyra; SILVA, Kalina Vanderlei. O terço dos Henriques: formação de uma elite de cor em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/Out, 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 23 Abr. 2014.

20 Também conhecida como “guerra de atrito”, constitui a forma de conduzir a guerra aplicando o poder de combate com o objetivo de minimizar ou eliminar a capacidade de luta do inimigo mediante perda de pessoal e/ou material. Nessa modalidade de guerra, o poder de combate da força atacante é centrado no “centro de gravidade” do adversário (ponto essencial através do qual uma força militar extrai sua liberdade de ação, força física ou vontade de lutar).

21 VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 244.

armada pernambucana, valendo-se do elemento surpresa no curso de suas ações de emboscada, buscava limitar o raio de ação do inimigo bloqueando-lhe o trânsito para o interior do continente, forçando-o a permanecer concentrado em seu perímetro litorâneo tendo o mar como a única alternativa de abastecimento.²²

A NATUREZA NÃO-ORTODOXA DA “GUERRA BRASÍLICA”

A modalidade de guerra irregular caracteriza-se, sobretudo por seu caráter informal, dinâmico flexível e mutável, cujos princípios fogem à padronização doutrinária e metodologia sistemática, uma vez que a diversidade do conflito não favorece a aplicação das normas rígidas da guerra convencional.²³

A guerra de guerrilha travada em solo pernambucano no decorrer do século XVII resultou do conjunto de técnicas indígenas introduzidas em virtude da miscigenação étnica que caracterizou a força composta por soldados da terra, estabelecendo uma arte ou estilo de combate genuinamente brasileiro.²⁴ Esse estilo próprio de fazer a guerra, nascido a partir da combinação da arte militar europeia com as técnicas de combate indígena, foi incorporada ao patrimônio cultural luso-brasileiro ao longo de cem anos de convívio entre as diferentes populações que habitavam o território brasileiro.²⁵

Nas campanhas em que se envolveram, os nativos embrenhavam-se nas matas, esgueiravam-se por entre vilas e arraiais, movendo-se sorrateiramente com o objetivo de preparar tocaias ou atacar o inimigo empregando o limitado poder de fogo²⁶ de que dispunham ou armas improvisadas como: arcos, flechas, facões de mato, foices e chuços (espécie de lança artesanal).²⁷

Considerando os resultados do enfrentamento direto entre as forças regulares (holandeses) e irregulares (nativistas), são dignas de nota a determinação e coragem demonstradas pelos combatentes das três etnias que constituíram o movimento insurgente.

22 SENA, *op. cit.*, p. 20.

23 VISACRO, *op. cit.*, pp. 221-223.

24 MELLO, *op. cit.*, p. 230.

25 *Idem*, p. 219.

26 Na luta contra os holandeses, a arma de fogo preferida pelos soldados da terra era a espingarda de pedernal, que além de não necessitar de mecha (mecanismo de disparo que incinerava a pólvora) também não comprometia a habilidade e a agilidade do usuário durante as missões de emboscada. O arcabuz era desprezado, pois a mecha ficava comprometida em virtude das especificidades do clima tropical (em caso de chuva ou umidade).

27 SENA, *op. cit.*, p. 23.

Motivados pela consciência do amor à terra natal, os insurretos mantiveram-se convictos em sua negação de submeter-se ao julgo estrangeiro, unindo-se em armas para expulsar os batavos e restaurar a unidade territorial da colônia portuguesa. O comprometimento em favor da defesa do solo pátrio somente foi possível mediante empatia estabelecida com a causa nativista, consciência promovida por religiosos carmelitas, beneditinos e franciscanos quando do processo de evangelização de negros e índios ainda durante o período de União Ibérica.²⁸

Cabe esclarecer, conforme ocorreu no movimento de insurrecional pernambucano, que durante uma campanha irregular, a empatia constitui uma ferramenta fundamental para se alcançar a legitimidade das ações de guerrilha. Assim, a disposição popular para colaborar com uma determinada causa somente ocorrerá a partir do momento em que a população estabelecer uma relação de legitimidade que associa os propósitos da causa defendida pelos insurretos aos princípios de retidão e justiça.²⁹

O sucesso das operações de guerrilha realizadas enquanto durou o movimento de resistência em Pernambuco se deveu, em grande parte, à capacidade dos líderes insurgentes de conduzir as denominadas companhias volantes nos inúmeros confrontos que opunham a obstinação dos insurretos ao poder de combate dos invasores. Na liderança do movimento insurgente, evidenciou-se a figura do português Antonio Dias Cardoso, destacado pelo Governador Geral da colônia para organizar e instruir uma força insurgente de oposição, constituída por cidadãos luso-brasileiro, formada para investir contra os invasores holandêses com a missão de expulsá-los do Brasil. Realizando uma campanha que caracterizou-se por uma sucessão de ações de guerra irregular, as tropas comandadas por Dias Cardoso gradativamente atravessaram os sertões baiano e pernambucano, superando adversidades relacionadas ao clima, terreno e inimigo, para a consecução sistemática de seus objetivos. No amálgama formado pelas forças insurrectas, além de Dias Cardoso, são membros destacados da liderança insurgente: João Fernandes Vieira (mestiço), André Vidal de Negreiros (branco), Antônio Felipe Camarão (índio) e Henrique Dias (negro).³⁰

28 Idem, p. 23.

29 BAUER, John. O papel da empatia na guerra irregular. *Military Review* [edição brasileira], Fort Leavenworth (KS), Nov/Dez, 2009, p. 24.

30 PINHEIRO, *op. cit.*, p. 18.

Considerada como um marco da resistência pernambucana contra a ocupação holandesa não apenas por assinalar o início da derrocada batava em território brasileiro, a construção do Forte do Arraial do Bom Jesus (Arraial Novo) em 1645, proporcionou uma mudança radical na forma como os nativistas iriam conduzir a guerra a partir de então. Embora o Forte estivesse situado nas proximidades da cidade do Recife, constituído como quartel-general e base logística das operações insurgentes, os patriotas não se julgavam em condições de assediar a cidade dominada pelos holandeses, que encontrava-se guarnecida por peças de artilharia retiradas das embarcações da WIC. Com os batavos encurralados em Recife, as ações de guerrilha, tão comuns e efetivas durante as primeiras fases do movimento insurgente, tornaram-se eventos esporádicos, restando aos rebelados empreender operações de cerco³¹ e atrair os holandeses para um enfrentamento em campo aberto.³²



Figura 1: Concepção artística da primeira Batalha dos Guararapes travada em 1648. A imagem é uma reprodução da icônica tela pintada por Victor Meirelles na década de 1870, que faz parte do acevo do Museu Nacional de Belas Artes. (Fonte: Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/batalha-dos-guararapes/>>. Acesso em: 17 Jun. 2014).

A partir da afirmação do Forte do Arraial do Bom Jesus como centro de operações

31 Ações que visam o completo isolamento da força adversária, cortando suas vias de comunicação terrestre para privá-la do abastecimento (reforços e suprimentos) visando sua capitulação ou destruição pela redução de seu poder de combate.
32 SENA, *op. cit.*, pp. 23-25.

do movimento nativista, podendo contar posteriormente com o reforço de esquadras navais enviadas por Portugal (1647 e 1653), o confronto em Pernambuco passou de uma modalidade de guerra irregular para uma variante de caráter regular e ortodoxo. Durante esse processo de transição, os insurgentes adotaram novas concepções táticas, entre as quais são dignas de nota: a organização e o emprego de tropas da reserva, a combinação de técnicas de emboscada e manobra, a articulação das frações e o controle dos terços³³ por seus comandantes.³⁴ Como exemplo desse novo modelo de condução da guerra destacam-se: a Batalha do Monte das Tabocas em 1645 (primeira vitória dos insurretos em um confronto direto), a Batalha do Engenho da Casa Forte em 1645, a Batalha de Tejucupapo em 1646 (com efetiva e determinante participação do elemento feminino), e as duas Batalhas dos Montes Guararapes em 1648 e 1649.³⁵

A vitória nas duas batalhas dos Montes Guararapes aumentou a autoconfiança das tropas luso-brasileiras, motivando-as a lançar uma ofensiva contra Olinda, que em 1649 foi reconquistada sem resistência por parte dos holandeses. Com sua capacidade de defesa deteriorada por encontrarem-se sitiados no Recife, e também pelo envolvimento na Primeira Guerra Anglo-Holandesa³⁶ (1652-1654), os batavos viram-se incapazes de defender suas possessões diante dos sucessivos ataques contra os fortes (Salinas, Buraco, Afogados, Amélia e Cinco Pontas) que guarneciam a cidade. Em janeiro de 1654, após 24 anos de sólida resistência ao domínio holandês, o movimento nativista que uniu diferentes povos constituintes de uma nação ainda em formação, obteve a capitulação inimiga na Campina da Taborda restituindo o território pernambucano novamente à condição de colônia portuguesa.³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

33 Denominado também como “quadrado espanhol”, o terço constituiu a unidade militar das forças terrestres da Península Ibérica entre os séculos XVI e XVIII. Criado em 1534 a partir da reforma do Exército espanhol durante o reinado de Carlos I, no campo de batalha o terço era organizado combinando a capacidade de choque dos piqueiros/lanceiros (posicionados nas extremidades da formação) com o poder de fogo dos arcabuzeiros/mosqueteiros (posicionados no centro da formação). O emprego tático do terço resumia-se na proteção que os piqueiros ofereciam para os arcabuzeiros, que por sua vez atiravam contra a tropa adversária. Após minar a resistência do oponente com disparos à distância, os piqueiros partiam para o choque, permitindo a introdução dos soldados de infantaria no confronto direto com o inimigo.

34 SENA, *op. cit.*, p. 29.

35 PAULA, *op. cit.*, pp. 72-73.

36 Foi o primeiro de quatro confrontos envolvendo Inglaterra e Holanda pela soberania das rotas de comércio marítimo no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

37 CUNHA, *op. cit.*, pp. 150-151.

Constituído em meados do século XVII, o movimento de resistência contra a ocupação holandesa de Pernambuco destacou-se, sobretudo, pelo caráter assimétrico e não-convencional das ações militares levadas à cabo pelas tropas luso-brasileiras que se opunham à presença e ao controle estrangeiro. Embora a gênese da guerra irregular se confunda com as origens da própria guerra, os insurretos pernambucanos, assim como ocorreu com diferentes povos em outros períodos históricos, lançaram mão de artifícios que lhes eram familiares e cujos procedimentos táticos sequer eram nominados, analisados ou mesmo empregados pelos contingentes regulares da mesma época.

Para que possamos compreender a efetividade da guerra irregular pernambucana contra os holandeses, é essencial fazer uma reflexão sobre a natureza das campanhas irregulares executadas até a virada do século XX, período a partir do qual essa modalidade de combate seria devida e criteriosamente considerada e analisada. Até o final do século XIX, a guerra irregular era travada de forma essencialmente empírica, sem sistematização ou metodologia claramente definidas, valendo-se do talento inato dos combatentes envolvidos, da nobreza das causas que a motivavam, do desespero de um povo que se julgava oprimido e nela se engajava para enfrentar o poder de combate de um adversário mais numeroso, melhor equipado e preparado.³⁸

A guerra irregular depende de um conjunto de características intrínsecas³⁹, que mesmo diante da atipicidade de cada caso, são essenciais para caracterizá-la como tal. Na série de campanhas empreendidas contra o invasor holandês, algumas dessas características, empregadas em diferentes combinações, foram amplamente utilizadas nas ações de guerrilha do movimento insurgente luso-brasileiro, entre as quais destacam-se: a invasão holandesa promoveu a empatia popular com a causa nativa (apoio da população); os interesses antagônicos relacionados ao território em disputa forçaram os insurretos, com poder de combate limitado, a adotar táticas de guerrilha contra as tropas inimigas

38 VISACRO, *op. cit.*, p. 17.

39 São considerados fatores inerentes à guerra-irregular: apoio da população; ambiente político, social e histórico favorável; menor relevância dos aspectos militares; predominância dos processos indiretos; estratégia prolongada; ações táticas efêmeras; não-linearidade; difícil detectabilidade; busca de resultados psicológicos nas ações de combate; ausência de padrões rígidos de planejamento e execução; insubordinação às restrições legais; individualidade; maior proximidade entre os níveis político, estratégico e tático; economia de forças; desenvolvimento em fases; indefinição entre os campos de segurança interna e segurança pública; dicotomia dos parâmetros operacionais; subordinação dos objetivos militares aos objetivos políticos.

(ambiente político, social e histórico favorável); ocorreu o prolongamento do conflito por ocasião da estratégia insurgente da “Guerra Lenta” (estratégia prolongada); as ações promovidas pelos luso-brasileiros visavam sua execução de forma oportuna de modo a promover grande impacto junto ao adversário (operações efêmeras); os holandeses eram incapazes de detectar as ações furtivas promovidas pelos nativos (difícil detectabilidade); as sucessivas derrotas minaram a motivação e a capacidade de luta das forças batavas (busca de resultados psicológicos nas ações de combate); as ações irregulares eram planejadas e executadas de forma descentralizada, flexível e independente (ausência de padrões rígidos de planejamento e execução); as companhias volantes operavam como grupos pequenos e autônomos (individualidade); as tropas insurgentes evitavam o enfrentamento convencional (economia de forças).

Nascido como um levante armado contra o domínio do invasor estrangeiro, e marcado na História como o evento que lançou as bases do nacionalismo brasileiro, a Insurreição Pernambucana representa a disposição vocacional de um povo etnicamente miscigenado para unir-se e mobilizar-se utilizando dos recursos que lhe eram cabíveis (guerra irregular) para resistir ao ímpeto de um adversário disposto a impor sua superioridade político-econômico-militar pelo controle de uma região próspera na produção de açúcar. Superando deficiências das mais variadas esferas, e motivados pela causa comum de restituir a união territorial da colônia portuguesa, os insurretos criaram, adaptaram e improvisaram formas de combate anômalas, amparadas em uma combinação de atributos (surpresa, astúcia, criatividade, destreza e mobilidade) empregados para surpreender um oponente acostumado com os procedimentos convencionais de enfrentamento e que acabou derrotado ao subestimar a iniciativa e a capacidade de luta nativa.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Marcos; VELEDA, Lucena; NOGUEIRA, Rubia. O Forte Real do Bom Jesus: um marco da resistência à invasão pernambucana. **VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações**. Florianópolis: UFSC, Mar/Abr 2010. Disponível em: <http://>

cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Forte_Bom_Jesus.pdf. Acesso em: 20 Abr 2014.

- BAUER, John. O papel da empatia na guerra irregular. **Military Review** [edição brasileira], Fort Leavenworth (KS), Nov/Dez, 2009, pp. 23-25.
- CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.
- CUNHA, Eliel Silveira. (Ed.). O fim da colônia holandesa. **Brasil 500 anos: 1620-1714**. Coleção Brasil 500 anos. v. 3., São Paulo: Abril, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. v.1. Rio de Janeiro: Record, 1966.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Senac, 2008.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.
- PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. (Org.). **História Militar Brasileira I: do período colonial ao monárquico**. [Livro didático] Palhoça: UnisulVirtual, 2009.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. Apresentação. In: DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos: operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Exército Brasileiro: ontem, hoje, sempre**. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 2000.
- VALLENÇA, Millena Lyra; SILVA, Kalina Vanderlei. O terço dos Henriques: formação de uma elite de cor em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/Out, 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 23 Abr. 2014.
- VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

OS MILITARES E A REVOLTA DA VACINA (1904): ATORES, MOTIVAÇÕES
E ARTICULAÇÃO.

Charles Klajman¹

RESUMO

Um dos episódios mais tumultuosos da primeira república está inscrito como uma insurreição eminentemente urbana e na historiografia como um movimento social caracterizado por uma defesa dos direitos civis de uma população que já sofria com a reurbanização da cidade e que passou a lutar contra a “ditadura sanitaria” que tentava eliminar os vetores de doenças e impunha a vacinação contra a varíola. O presente trabalho tem por finalidade apresentar um breve estudo sobre as condições que propiciaram a eclosão da Revolta da Vacina em novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, com foco na participação militar que se fez presente tanto na tentativa de depor o Presidente da República como na defesa do mesmo, através de uma ampla articulação que passava também pelos mais diversos setores de oposição ao governo.

Palavras-chave: revolta; vacina; militar.

ABSTRACT

One of the most tumultuous episodes of the first Republic is registered as an eminently urban insurrection. In historiography it is known as a social movement characterized by the defense of the civil rights of a population that were already suffering from the redevelopment of their city and who went on to fight against the “sanitary dictatorship” that tried to eliminate the vectors of disease and forced vaccination against smallpox. The present work aims at presenting a brief study about the conditions that led to the outbreak of the revolt of the vaccine in November 1904 in Rio de Janeiro, with a focus on military participation that was

¹ Possui graduação em Odontologia pela UNIGRANRIO (1988), Especialização em Radiologia Oral pela Academia Brasileira de Medicina Militar/Hospital Geral de São Paulo, Especialização em Dentística Restauradora pela Odontoclínica Central do Exército/Associação Brasileira de Odontologia Militar, Especialização em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Mestrado em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ). É Sócio Titular e Ex-Diretor de Comunicação Social do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (2013/2014).

present both in an attempt to overthrow the President of the Republic as in defense of it, across a broad articulation that passed also by the most diverse sectors of opposition to the government.

Keywords: insurgence, vaccine, military, army.

DE CAMPOS SALLES À RODRIGUES ALVES

A austera política fiscal de ministro da fazenda do Presidente Campos Salles, Joaquim Murinho, não havia passado incólume e se manifestara através das pedradas que atingiram o trem que o transportava ao fim do seu governo. O combate à inflação através da redução do meio circulante, o aumento dos impostos e redução dos gastos do governo redundaram em insatisfação generalizada. A presunção era de que privilegiava os fazendeiros paulistas e massacrava a população. A estabilização da economia devida em parte à recuperação do valor do café no mercado internacional, os empréstimos adquiridos aliados a um rígido protocolo de saneamento financeiro ditado pelos Rothschilds, permitiram vislumbrar um futuro econômico com algum lastro para o seu sucessor.

Francisco de Paula Rodrigues Alves assumiu o governo sem gerar expectativas. Apelidado pela imprensa de “soneca”, seu único objetivo confesso era o de sanear a Capital Federal e torná-la um porto de entrada, principalmente comercial para o Brasil. Em suma, atrair imigrantes e negócios. E para gerir esta transformação, nomeou como prefeito da capital federal, Francisco Pereira Passos, formado pela Escola Militar do Brasil com o grau de bacharel em Ciências físicas e matemáticas em 1856, diplomado em Engenharia Civil em 1857. Ao concluir sua formação, ingressou na carreira diplomática sendo nomeado adido à legação brasileira em Paris.

Ao chegar ao seu destino, realizou diversos cursos e pode observar a transformação que se realizava nessa capital promovida pelo prefeito do Departamento de Seine, Georges Eugène Haussmann. Alguns autores atribuem que as obras do francês tinham “[...] como finalidade prioritária garantir uma melhor movimentação das tropas nas ruas de Paris

[...]”.² Largas Avenidas além de melhorar o visual da cidade, eliminando pequenas ruas, becos e vielas através da remoção de aglomerados urbanos, facilitaria a ação da saúde pública, incrementaria o comércio, e impediria que se formassem pontos inexpugnáveis no caso de revoltas populares, dificultando a resistência da população à autoridade policial, principalmente através da construção de barricadas e permitiria o livre acesso de tropas a um possível combate num campo mais favorável às manobras militares. Segundo Le Corbusier, “os traçados de Haussmann eram totalmente arbitrários; não eram conclusões rigorosas do urbanismo. Eram medidas de ordem financeira e militar”.³

Pereira Passos possuía três grandes objetivos na remodelação da cidade do Rio de Janeiro. A primeira era a construção de uma avenida que iria ligar dois mares, a Prainha (atual Praça Mauá), até a confluência entre a Praia da Lapa e a Praia de Santa Luzia (atual Avenida Beira-Mar), rasgando o coração da cidade, eliminando focos populacionais indesejados, numa área que seria a referência de sofisticação, elegância e requinte, a Avenida Central, atual Rio Branco. Outra obra prevista era a construção do novo porto do Rio de Janeiro, incluindo toda a remodelação do entorno, com ruas capazes de permitir a circulação de mercadorias sem entraves, dragagem da Baía de Guanabara para possibilitar a atracação de navios de maior calado e construção de grandes armazéns para depósitos das mercadorias. A remodelação, alargamento do Canal do Mangue e do seu entorno era a terceira grande obra prevista na ocasião.

Chefiando a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP)⁴, Oswaldo Cruz tinha a determinação de enfrentar e combater as três principais doenças que impediam à ascensão do Rio de Janeiro a uma posição de destaque no cenário internacional: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola, verdadeiros flagelos que atormentavam a Capital.

A febre amarela foi a primeira frente de combate. Oswaldo Cruz era adepto das teorias de Finlay⁵, que via o *Stegomyia Fasciata* atual *Aedes Aegypti*, como responsável pela transmissão do vírus da febre amarela.

2 Simone Petraglia KROPF, “Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX”, 1996, p.108.

3 Le Corbusier, Urbanismo, pág. 248.

4 Essa Diretoria seria responsável pelas principais realizações brasileiras no campo da saúde pública nas primeiras décadas do século XX, juntamente com o Instituto de Manguinhos.

5 Carlos Juan Finlay (1833-1915), médico epidemiologista cubano que formulou a hipótese da transmissão da febre amarela pelos mosquitos.

A DGSP seria responsável por impedir que os mosquitos se infectassem e veiculassem o vírus a indivíduos sãos. Foram criadas brigadas de mata-mosquito que vistoriavam domicílios, eliminavam depósitos de água com larvas dos insetos, despejavam petróleo nos alagados e desinfetavam residências por residência, além de isolar os doentes.

O segundo alvo de Oswaldo Cruz foi a peste bubônica. Basicamente se pretendia desratizar a cidade através de inspeções a imóveis, onde eram exigidas reformas, expurgos, remoções de entulhos; raticidas eram espalhados e o lixo recolhido. A DGSP criou o cargo de comprador de ratos, que chegava a pagar 300 réis por rato capturado. Com a política do “bota abaixo”⁶ e a utilização do soro e da vacina fabricados em Manguinhos, o sucesso foi amplo no combate a essa epidemia.

O terceiro alvo que é consagrado pela historiografia como a principal motivação para a eclosão da Revolta foi a epidemia de varíola.⁷ A vacina a partir da inoculação de um vírus de origem animal havia sido descoberta por Edward Jenner.⁸ A introdução da vacina de Jenner remontava ao início do século XIX e em diversas ocasiões se tornara obrigatória por alguma postura ou decreto, mas as leis não pegaram.

A legislação antivariólica no Brasil não era uma novidade. A 28 de agosto de 1835, o presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, depois Visconde de Uruguay legislava numa circular:

“[...] e será conveniente que (não as tendo) organize posturas, impondo penas aos responsáveis que não fizerem vaccinar seus filhos, parentes (que não tiverem debaixo de seu poder), escravos, etc., e igualmente aos que não levarem os vaccinados à casa da vaccina ao oitavo dia [...]”.

As posturas municipais acerca da vacina continuaram sendo aprovadas nos anos seguintes, como a de 1837 (código de posturas municipais, secção 2^o tit. XI sobre vacinas

⁶ Política do Governo Federal capitaneada pelo Prefeito do Distrito Federal Pereira Passos que a partir de decretos e posturas municipais, desapropriou inúmeros imóveis e derrubou-os para dar passagem às remodelações arquitetônicas da cidade do Rio de Janeiro.

⁷ A varíola que é causada pelo vírus varíola do grupo orthopoxvirus, era um problema praticamente em todos os países e o controle da doença era feito isoladamente pelos governos locais. Em 1959, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decidiu pela realização de um programa global de erradicação da varíola. Foi declarada erradicada pela OMS em 1977 e acredita-se que o vírus da varíola só exista em dois laboratórios no Mundo - no *The State Research Centre of Virology and Biotechnology Vector* em Koltsovo - Novosibirsk na Rússia e no *The Centers for Disease Control - CDC Atlanta*.

⁸ Ao observar que pessoas que ordenhavam vacas não contraíam a varíola, desde que tivessem adquirido a forma animal da doença, Jenner extraiu o pus da mão de uma ordenhadora que havia contraído a varíola bovina e o inoculou em um menino saudável, em 1796. Este contraiu a doença de forma branda e logo ficou curado. Jenner inoculou no mesmo menino o líquido extraído de uma pústula de varíola humana e ele não contraiu a doença, comprovando a sua imunidade à varíola.

e expostos):

“1°. Toda pessoa da cidade que tiver a seu cargo a educação de alguma criança de que qualquer cor que seja, será obrigada a mandal-a á casa da vaccina para ser vaccinada até pegar, ou fazel-a vaccinar em casa, podendo-o, dentro de três mezes, do seu nascimento, e de um, depois que a tiver a seu cargo, passando desta idade e estando em saúde para receber o remedio. Os que se acharem em contravenção serão multados [...].”

Uma legislação mais abrangente acerca da vacina é aprovada pelo decreto n° 464 de 17 de agosto de 1846:

“Art. 20. Todas as pessoas residentes no Império serão obrigadas a vaccinar-se, qualquer que seja a sua idade, sexo, estado, condição [...]”.

“Art. 36. Todos os indivíduos que entrarem para o serviço do Exercito, ou da Armada, ou os que forem admittidos em estabelecimentos de educação, ou officinas, que estejam a cargo do Governo serão primeiro que tudo vaccinados, a menos que mostrem estar preservados desta enfermidade, ou que já tentaram a vaccinação nos termos prescriptos neste regulamento”.

Na república, são tomadas diversas providências que procuram tornar o espectro da vacinação abrangente a toda à população:

“A vacinação contra a varíola é obrigatória nos primeiros seis mezes de vida” (Dec. N° 68, de 18 de dezembro de 1889, Art. 5°-Deodoro da Fonseca. – Aristides Lobo).
“Todos os cirurgiões do Corpo de Saude da Armada, tanto os empregados nos corpos como o das Escolas de Aprendizes de Marinheiros, terão todo o cuidado para que sejam vaccinados immediatamente todos os indivíduos que ainda não o foram”. (Dec. N. 683 de 23 de agosto de 1890, Art. 72-Deodoro da Fonseca.- Eduardo Wandenkolk)

A argumentação do governo acerca da imprescindibilidade da vacinação era peremptória. O próprio ano de 1904 era palco de um surto epidêmico que somava no mês de junho mais de 1800 casos, que totalizaria aproximadamente 4.000 óbitos ao final do ano.

Outro argumento era de que a vacinação havia sido bem sucedida em outros países onde a incidência da doença havia sido mais grave. Por que no Brasil seria diferente?

O governo então resolveu elaborar uma nova legislação que em curto prazo

vacinasse toda a população, principiando pelo Distrito Federal. O projeto foi apresentado no Senado no final de junho e menos de um mês depois, a 20 de julho era aprovado. Na Câmara foi posto em discussão em meados de agosto e aprovado no dia 31 desse mesmo mês. Entretanto, o texto final não era definitivo, pois a lei estabelecia a obrigatoriedade e dava a autonomia de regulamentação ao governo, sem expor pormenores, com a regulamentação final a cargo de Oswaldo Cruz.

OPOSIÇÃO E MOTIVAÇÃO CONTRA A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA

A argumentação contrária à vacinação era baseada no componente técnico, indo da qualificação dos profissionais escalados para a tarefa, passando pela falta de credibilidade do soro e pela truculência na legislação e na sua aplicação.

Um dos principais focos de resistência partia da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Os positivistas, suas publicações, seus representantes no Senado e na Câmara, sua presença nos sindicatos e forte influência no oficialato militar, alimentava o medo popular. Este se embasava no receio à vacina propriamente dita e na moral, que atingiria o âmago da família carioca. A população num determinado momento acreditou que seu lar seria violado. As mulheres e filhas seriam alvo de agentes inescrupulosos que as lancetariam na virilha ou mesmo nas nádegas. A honra familiar seria atingida. Dois eram os pontos principais. Um creditava a Comte uma interpretação contrária à teoria microbiana das doenças e o outro se referia à liberdade de optar ou não pela vacinação. Segundo Carvalho (1999):

“Irritava-os particularmente o monopólio exercido pelos médicos sobre a saúde privada e pública. Para eles, a intromissão do governo não passava de um “despotismo sanitário”, expressão que passou a ser largamente utilizada pelos inimigos da vacina e do governo”.⁹

O Apostolado Positivista não dava tréguas:

“Voltando à questão da obrigatoriedade, resta-nos acrescentar que, mesmo na hipótese de serem os efeitos da vacina unânimemente aceitos, nem assim ela poderia se tornar obrigatória, sem calcar aos pés a consciência humana e as

⁹ Os Bestializados. Pág. 98. Carvalho, 1999.

liberdades cívicas.”¹⁰

Alguns políticos estiveram claramente envolvidos nos fatores que propiciaram a Revolta. No Senado, o líder era o militar licenciado, Tenente-Coronel de Estado-Maior Lauro Sodré. Engenheiro militar, bacharel em ciências físicas e matemáticas, congressista da constituição de 1891, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1898, ex-governador do Pará, positivista ferrenho, tinha sido auxiliar de Benjamin Constant e professor catedrático da Escola Militar do Brasil.

O Marechal Estevão Leitão de Carvalho, aluno da Escola Militar do Brasil na ocasião, atribuiu no seu “Memórias de um Soldado Legalista” grande parcela de responsabilidade ao deputado Barboza Lima, líder da oposição na câmara dos deputados:

“Mas o grande aríete com que se procurava demolir a obra profilática contra a varíola era a oratória flamejante do deputado Barboza Lima, militar e positivista, que arremetia, da tribuna da Câmara, contra a medida, conclamando a Nação a reagir, a empregar a violência para impedir a aplicação da lei em preparo”.

Barbosa Lima era Major de Estado-Maior, engenheiro militar, bacharel em matemática, ciências físicas e naturais, ex-governador de Pernambuco e também professor catedrático da Escola Militar.

Na campanha participava ativamente também, Alfredo Varella, outro deputado positivista, também ex-aluno da Escola Militar do Brasil, que chegou a ser baleado por Mário Hermes da Fonseca, filho do general Hermes da Fonseca, então comandante da Brigada Policial, como resposta por ataques através do seu jornal, *O Commercio do Brasil*.¹¹

Da imprensa partia outra voz que combatia o governo. Eram dois os jornais que se destacavam. O *Correio da Manhã*, cujo diretor, Edmundo Bittencourt, havia auxiliado Lauro Sodré na sua campanha ao Senado do Distrito Federal e o *Commercio do Brasil*, fundado pelo supracitado deputado Varella.

No dia 1º de outubro de 1904, o *Correio da Manhã*, no editorial intitulado “A Terceira

¹⁰ Apostolado Positivista do Brazil. N.217. Lemos, 1903.

¹¹ O deputado Alfredo Varella viajava num bonde da linha Catete, por volta das 13 horas do dia 17 de agosto de 1904, acompanhado do coronel Sebastião Bandeira. Quando o veículo estava na altura do Largo da Lapa, foi abordado pelo aluno da Escola Militar, Mario Hermes da Fonseca. O filho do general Hermes da Fonseca pergunta se Varella assumia a responsabilidade pelo que se escrevia no jornal a respeito do pai e diante da afirmativa responde que pelo pai iria a extremos. Desafiou o deputado para que este salte do bonde. Diante da recusa agrediu-o com uma bengalada na perna. Varella saltou do bonde, e na rua revidou à agressão, mas foi alvejado por três tiros.

Discussão”, assinado por Gil Vidal, advertia que:

“[...] não confie, contudo, o governo demasiadamente na proverbial candura e mansidão deste povo. A vacinação obrigatória [...] o ameaça nos seus mais caros sentimentos, entre os quais culmina o amor à família. E conclui: “sendo assim, não será acaso extraordinário que a execução da lei acelerada não corra tão suavemente como se afigura ao governo. Talvez lhe advenham sérios dissabores”.

No dia 6 de outubro de 1904, sob o título “Preparativos para a Violência”, o *Correio da Manhã* de forma bem clara, associa a penúria do Exército no norte do país à vacinação:

“Do Exercito quer agora lançar mão o governo, esquecido do menosprezo com que o tem tratado no norte, deixando-o aniquilar-se pela fome e pela moléstia, e para atrairlo certamente contra os homens do trabalho, que mais directamente externaram a sua reprovação com as mensagens que dirigiram ao Congresso Nacional. O povo e sobretudo o operariado prepare-se para sofrer as violências que estão sendo combinadas, mas com a alma e o coração tranquilos quanto a intervenção do Exército nesse plano aterrorizador. Aquelles que sofrem a indiferença e os desvarios do governo não descerão a servi-lo para attentar contra a liberdade e os direitos de um povo, que com elles está irmanado pela dor, que a todos acabrunha nesse pungitivo momento por que passa essa pátria infeliz”.

No dia 7 de outubro o mesmo jornal, repete a estratégia já utilizada, como que tentando cooptar a simpatia do Exército para a causa:

“O Exercito, que conserva ainda a mesma linha de fidalguia que tanta admiração tem despertado no coração do povo, não descerá a servir aos baixos caprichos desse governo sem o sentimento da humanidade bastante para socorrer as praças que morrem de miséria no norte da República. Não há de ser com as carabinas do Exercito que o conselheiro Rodrigues Alves reduzirá à senzala essa pobre pátria, que o seu governo tem prostituído e vilipendiado.”

Ainda, a 7 de outubro de 1904, o *Correio da Manhã* continuava sua propaganda massiva contra a vacinação, desta feita associando a deposta monarquia com democracia:

“O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e as liberdades dos cidadãos deste paiz. A vacinação e a revaccinação vão ser lei dentre em breve, não obstante o clamor levantado de todos os cantos e que foi ecoar na Câmara dos Deputados atravez de diversas representações assignadas por milhares de pessoas. De posse desta clava, que o incondicionalismo bajulador e mesureiro preparou, vae o governo do Sr. Rodrigues saber si o povo brasileiro já

se acanalhou ao ponto de abrir as portas do lar a violência ou si conserva ainda as tradições de brio e de dignidade com que, da monarchia democrática passou a esta Republica de iniquidades e privilégios [...].”

Uma corrente associava à insatisfação dos monarquistas e florianistas com a assinatura do Tratado de Petrópolis, como a causa deflagradora da mobilização para criar no momento propício as condições para um golpe. Uma violenta campanha contra Rio Branco, entretanto, não surtiu o efeito esperado e buscava antagonizar o Exército ao Barão do Rio Branco:

“Ahi estão os fructos da política do barão do Rio Branco, cuja vaidade insaciável impoz o sacrificio de centenas de paes de família; ahi estão as conseqüências do desamor do Sr. Rodrigues Alves a este paiz e do nenhum apreço que s. Ex. vota ao Exercito brasileiro. O presidente da Republica não se comove absolutamente ante os quadros que temos desenhado mostrando a injustiça clamorosa que victima o Exercito no momento actual. S. Ex. conserva-se insensível, só se lembrando do soldado brasileiro para incita-lo contra o povo, persuadido de que conseguirá a practica dessa baixeza. O menosprezo de S. Ex. há de continuar, mas fique o Presidente da Republica na certeza de que[...] justiça, para condemnar o seu governo como assassino do Exercito e traidor da pátria que governa.”¹²

Outro jornal de oposição era o *Commercio do Brazil*. Fundado pelo deputado Varella em maio de 1904 e que contava com o apoio ostensivo de monarquistas como Andrade Figueira, Cândido de Oliveira (ex-ministro da coroa) e Affonso Celso. É extensa a lista de acusações que fazia o ministro da Justiça ao jornal:

“A alma desse órgão era rubra, como as chammass de um incendio, a seu director, o mesmo homem que se confessava, em plena Câmara dos Srs. Deputados, capaz, si em suas mãos estivesse, de fazer a explosão da mina. O que se pregava era a destruição da ordem legal. [...] pregava-se abertamente a desobediência ás leis; pregava-se abertamente a revolta ao poder publico, a luta em todos os terrenos, a ferro e a fogo, á espada e á bala” (Seabra, 1905).

As revistas foram destaques nas críticas bem-humoradas ao governo. Suas capas são históricas e produziram uma escola primorosa de chargistas.

¹² O Paiz, 16 de novembro de 1904.

A causa imediata da revolta foi um suposto rascunho de um projeto regulamentando a lei¹³ que decretaria a vacina obrigatória e que foi prematuramente divulgado antes de sua regulamentação pelo periódico *A Notícia*.

A motivação dos militares que se envolveram na Revolta é creditada, segundo o Ministro da Justiça à:

“[...] depor o Governo legal e instituir no paiz a dictadura militar. O levante da Escola Militar era o seguimento de uma série de tumultos que há dias tem perturbado a tranqüilidade desta Capital, como preparo áquella criminosa tentativa” (Seabra, 1905).

O Marechal Leitão de Carvalho atribuía, ainda, ao grupo de oficiais simpáticos ao positivismo “o centro da propaganda subversiva”.

“A ele foram aderindo outros oficiais, que se deixavam dominar pelos argumentos da imprensa e, assim, foram aliciados oficiais e cadetes, para uma reação armada, visando depor o governo e libertar o País da ameaça fatal [...]” (Carvalho, 1961).

De acordo com o general Lobato Filho, aluno da Escola Militar na época, no seu “A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha” os promotores do levante de 1904 “julgaram uma boa manobra, encartá-lo nas agitações populares e parlamentares provocados pela lei de vacinação obrigatória”.

Segundo o ministro da Justiça, J. J. Seabra, o que se procurava era a restauração do regime monárquico; segundo ele a ditadura militar seria uma etapa provisória na restauração da monarquia.

Alguns jornais estrangeiros, particularmente ingleses e italianos, no mês de outubro daquele ano, expuseram a intenção dos revoltosos, como transcrito no relatório do ministro da Justiça:

“Um telegrama expedido desta Capital para o *Secolo XIX*, de Genova, e reproduzido nos jornaes ingleses confirmam esta versão, como se vê da revista *The South American journal and Brasil River & Plate Mail*, de 15 de outubro de 1904, onde se lê que a conjuração tinha aquele fim – ‘for overthrowing the present Republican form of Government and replacing it by a temporary militay dictatorship, to given place

13 O Senador Manuel José Duarte, de Alagoas, apresentou o projeto de lei aprovado a 20 de julho de 1904, que instituía a vacinação obrigatória.

*later on to a restored monarchy*¹⁴ (Seabra, 1905)”.

No mesmo relatório, J. J. Seabra transcreve um trecho de uma carta que atribui a Leopoldino M. Meira de Andrade, do estado de São Paulo, dirigida ao deputado Varella, datada de 18 de abril de 1904, acerca de apoio à fundação do *Jornal do Commercio* e da futura linha editorial desse periódico:

“Quanto ao apoio a sua atitude tão digna nos tempos infamíssimos de hoje, posso assegurar-lhe que é quase unânime neste Estado e o partido monarchista, Á excepção de poucos mal orientados, está disposto a acompanhá-lo e dar-lhe franco apoio na propaganda para a guerra à olygarchias e salvação do paiz, mesmo pela dictadura, que me parece deve ser o nosso commun objectivo, até que a moral se restabeleça nas praticas administrativas”.

A conclusão exposta pelo Ministro da Justiça no seu relatório ao Presidente da República aponta que a intenção de Lauro Sodré era exercer a ditadura durante algum tempo para depois restaurar a monarquia com a argumentação de “restabelecimento da moral nas praticas administrativas” (Seabra, 1905).

Lourenço Correia de Mattos, agente geral e representante do jornal *Commercio do Brasil* em diversas passagens do seu testemunho, corrobora a noção de que o objetivo final do movimento seria restaurar a monarquia no Brasil, senão vejamos:

“[...] o que muito convinha era fazer acreditar que o advento da monarchia seria uma realidade, tanto mais que, para fortificar tal asserto, o visconde de Ouro Preto ofereceu-se a coadjuvar a empreza do jornal *Commercio do Brazil*, órgão que se propunha a pugnar pela queda do actual Governo, afim de que os succedaneos, fossem republicano ou mesmo monarchista, melhorassem a situação actual que era impossivel continuar”(Seabra, 1905).

De qualquer forma, é clara e manifesta a participação de militares na porção popular da revolta. O carácter de espontaneidade na reação à lei de vacinação obrigatória que alguns autores atribuem à rigidez do texto ou a moral, relegando a um plano secundário a articulação envolvendo os militares é no mínimo questionável. Os relatos dos jornais da época demonstraram que por diversas vezes os amotinados faziam manifestações de

14 Tradução do autor: “Para substituir a presente forma republicana de governo e substituí-la por uma ditadura militar temporária, que daria lugar mais tarde a uma monarquia restaurada”.

apoio ao Exército, numa evidente tentativa de cooptá-los e colocando-os de numa posição de confronto com a Polícia.

O periódico *Gazeta de Notícias*, também relatava a aclamação ao Exército pelos revoltosos: “O povo armou-se de pedras quebrando os combustores, as vidraças das janellas, arancando arbustos aos gritos de - Viva o exercito ! Fóra a policia. Morra a vaccina obrigatoria !”¹⁵

No dia 7 de novembro de 1904, *O Paiz*, no editorial “Paródia do Boulangismo”, criticava a criação da Liga Contra a Vacinação Obrigatória no dia 5 de novembro, no Centro das Classes Operárias e se manifestava a respeito das intenções do senador Lauro Sodré:

“[...] Não sabemos que é que o Sr. Lauro Sodré quer construir quando houver demolido isso que ahi temos como governo: pode ser a republica unitário-parlamentar; como póde ser a monarchia, a dictadura positivista, o despotismo pessoal ou, mais singularmente, a anarchia que nasce de um estado perenne de agitação e de sobressalto [...]”.¹⁶

O esboço da regulamentação da aplicação da vacina provocava tanta celeuma que o Ministro da Justiça veio a público enfatizar que o que fora publicado não era sequer um projeto de regulamento, não passava de um compêndio de idéias que tinha sobre o assunto o Diretor de Saúde Pública e que fora publicado indevidamente pelo *A Notícia*.

ARTICULAÇÃO

O levante militar ocorrido durante a revolta deve ser entendido como um movimento preparado com antecedência de pelo menos alguns meses, com o objetivo de derrubar o regime vigente e implantar uma ditadura, de que seria chefe o Tenente-Coronel e Senador da República, Lauro Sodré, que obteve no episódio em tela o pretexto para eclodir.

“Esse movimento destinava-se, não há contestar á vista das provas colhidas nas diligencias da policia, e em presença da brutalidade dos acontecimentos, á derrocada do regimen institucional vigente” (Seabra, 1904).

Reuniões realizadas na casa de Lauro Sodré eram freqüentes, como registra o

¹⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1904.

¹⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1904.

relatório do Ministro da Justiça:

“[...] que reuniões eram essas effectuadas, desde alguns mezes antes, na própria morada de Lauro Sodré e de que faziam parte varios militares e alumnos das Escolas de Guerra, tão freqüentes, tão sucessivas, e tal o movimento de pessoas que a ellas compareciam, que despertaram a attenção dos mantenedores da ordem [...].”

J.J.Seabra relata ainda, que o senador Lauro Sodré, tendo como fiador o deputado Alfredo Varella havia selado um pacto com os inimigos do regime: “Daquelle se diz que proferira em occasião solemne, na commemoração de um morto illustre, estas palavras: ou a regeneração da Republica ou a Monarchia”(Seabra, 1904).

Lauro Sodré viu na Lei de Vacinação Obrigatória, uma oportunidade ímpar para envolver as Forças Armadas no projeto de derrubar Rodrigues Alves. Segundo Smallman (2002, p.24), os oficiais dissidentes perceberam que o ressentimento popular lhes oferecia uma oportunidade e que seria interessante fomentar o caos para que se criassem as condições para um golpe. Quando o levante efetivamente começou, os civis revoltosos se viam em aliança com os militares do Exército.

O golpe se daria na noite de 17 de outubro de 1904, data de comemoração do aniversário de Lauro Sodré. Tropas saíam de quartéis, e “[...] um passeio triumphal leval-as-hia ao palácio do Governo para a deposição do Presidente da Republica” (Seabra, 1905).

O aniversário de Lauro Sodré era comemorado todo ano, em sua residência, na Rua Conde de Irajá, com a participação de muitos cadetes, políticos, acadêmicos de todas as faculdades e outras autoridades. Presente na ocasião o então aluno do primeiro ano, Lobato Filho presenciou o discurso do cadete Joaquim Gaudie de Aquino Correa¹⁷ que bem demonstra o espírito reinante na ocasião:

“Nestes tempos sombrios e nublados através dos quais se arrasta vacilante e incerta a Pátria Brasileira, Lauro Sodré é como uma estrela a cintilar em meio da escuridade, a fé e confiança que nos inspira como patriota que se conserva puro e cuja lealdade e alma generosa sobrenadam sempre às ondas empolgantes da corrupção e da dobrez política que avassalam este país.”

Nessa ocasião, por volta das 22 horas, pode observar Lobato Filho que

¹⁷ Joaquim Gaudie de Aquino Correa foi governador do Maranhão no curto período de 18 de agosto a 8 de setembro de 1931.

num dos compartimentos interiores da residência do senador, foram se reunindo as figuras mais representativas; pode ouvir que Barboza Lima apelava para que Lauro Sodré fosse “o guião naquele momento de apreensões e que devia ser decisivo para o país”.

Provavelmente, o levante no aniversário de Lauro Sodré não ocorreu devido à Brigada Policial estar de prontidão. *O Correio da Manhã* no artigo “A Bernarda” de 19 de outubro de 1904, ridicularizava a prontidão policial:

“E desta vez não faltaram factos para arrastar o chefe de policia por esse novo ridículo, que ficará como uma nota triste da sua administração, eivada de idênticos signaes creados pela sua reconhecida inépcia e absoluta incompetência”.

Não tendo logrado êxito a data do natalício de Lauro Sodré como o dia “D” do levante militar, este ficou adiado para a parada prevista para 15 de novembro, quando se iniciaria a insurreição “em consequência de um movimento de rebeldia das tropas em parada” (Seabra, 1905).

Emmanuel Sodré, filho de Lauro Sodré, no livro “Lauro Sodré na História da República”, corrobora a versão de que o golpe se daria a 15 de novembro, por ocasião da parada, entretanto, relata que o “movimento”, vinha sendo tramado há meses. Confirma a historiografia que faz do Tenente-Coronel Senador a “figura central de todas as confabulações”. Traz a tona o episódio pouco conhecido que teria ocorrido em Niterói no dia 18 de outubro de 1904, quando se colocava uma placa na casa onde nascera Benjamin Constant. Nessa ocasião o Major Gomes de Castro teria feito um “caloroso e público apelo” pela deflagração do movimento.

Relata ainda, o filho de Lauro Sodré, que na noite de 13 de novembro de 1904, no número 7 da Rua Conde de Irajá, residência do Senador, esteve com ele o general Marciano de Magalhães, o General Sylvestre Travassos e uma comissão de alunos da Escola Militar. Marciano mostrava-se contrário a eclosão do movimento, acreditando que fracassaria, mas sua argumentação não foi suficiente para convencer Lauro Sodré, os alunos ou mesmo o General Travassos.

No dia seguinte, Emmanuel Sodré foi enviado por seu pai, à casa do General Marciano, à Rua Sorocaba, no mesmo bairro, para saber se sua posição permanecia a mesma. Respondeu-lhe o General que “diga ao Lauro que cada vez estou mais convencido

do fracasso que espera o movimento; e se, traíndo as minhas previsões, a revolta vencer, apressar-me-ei a pedir minha reforma”.¹⁸

Aparentemente, para os alunos não envolvidos na conspiração, o clima na escola até meados de 1904 estava calmo. Segundo Carvalho (1961), “Os trabalhos escolares desenvolviam-se normalmente, dentro da rotina tradicional, mal se podendo prever que marchávamos para uma sublevação, em consequência da qual seriam interrompidos os cursos e mudado o regulamento do ensino militar”.

Entretanto, um dia, ao se retirar da Escola, depois da última aula, quando se dirigia para o portão em busca do bonde que o levaria à Rua da Passagem, um colega aproximou-se e iniciou uma conversa sobre os acontecimentos na cidade, procurando sondar o pensamento de Leitão de Carvalho e ao mesmo tempo contando-lhe que se tramava um levante armado para depor o governo. Pedindo segredo, relatava que no movimento entrariam os Cadetes e Oficiais da escola e dava os pormenores de quem seria o chefe do levante, quem substituiria o Presidente da República, quais os corpos de tropa iniciariam a sublevação que contava com todas as forças do Exército (Carvalho, 1961).

A partir do evento na casa de Lauro Sodré a 17 de outubro, um observador mais arguto poderia observar que o clima de tensão na escola não estava ocorrendo por causa das provas de final de ano:

“Daquela noite em diante, também o cálculo infinitesimal e a mecânica racional passaram a ser um pouco preteridos por outras preocupações mentais. Muitos lampiões e muitas velas apagavam-se mais cedo, nos alojamentos e alguns mesmo não se acendiam. E os polidoros passaram a escutar, talvez surpreendidos às horas mortas da terminação dos estudos, assuntos esquisitos como havia muito tempo não escutavam” (Lobato Filho, 1992).

Nos primeiros dias de novembro houve uma reunião numa sala da Escola Militar, com grande número de oficiais alunos, alferes alunos e cadetes, com a participação de um Oficial da Fortaleza São João para tratar da munição existente na arrecadação, que seria insuficiente, mesmo no caso de um pequeno combate. Este oficial garantiu que não seria por falta de munição que a Escola deixaria de vencer. (Lobato Filho, 1992)

Passaram a se ouvir, na Escola, boatos sobre adesão de elementos da guarnição

¹⁸ Emmanuel Sodré. Lauro Sodré na História da República, 1970, p.126.

militar do Rio e da Marinha.

Uma comissão de cadetes foi ao Clube Militar para sondagem e se reuniu com o Major Gomes de Castro e outros oficiais coordenadores do movimento. As informações recebidas foram de inúmeras adesões, de quase toda uma guarnição militar e muitos elementos da Marinha.

Não contentes foram à residência de Lauro Sodré que lhes disse que só concordaria com o emprego e envolvimento dos alunos da Escola na certeza do êxito.

Atuando em outra frente, no dia 5 de novembro de 1904, Lauro Sodré fundava no Centro das Classes Operárias, uma entidade que tinha como objetivo resistir à vacinação obrigatória por quaisquer meios. A “Liga Contra a Vacinação Obrigatória”. Estavam à mesa, também Vicente de Souza e Jansen Tavares. O *Correio da Manhã* estimou em mais de duas mil pessoas, os participantes do evento. Essas reuniões, dirigidas pelo Senador, eram insufladoras de ânimos e a 7 de novembro, o *Commercio do Brazil* reapareceu com o programa “a ferro e fogo” e transcreveu seu discurso de véspera, que assim terminaria: “[...] recorreremos ao recurso supremo, repellindo a força com a força e os sabres dos esbirros de uma Republica satânica com a bala vingadoura do cidadão”.

Várias listas foram obtidas junto à população na tentativa de deter a marcha de aprovação da lei no congresso. O Centro das Classes Operárias, localizado na Rua Espírito Santo, em uma reunião apresentou “[...]a assinatura de 78 militares, a maior parte de alferes-alunos da Escola Militar” (Carvalho, 1999).

Faltava um homem capaz de insuflar as grandes massas de encontro à lei que se tentava aprovar. Foi escolhido o Dr. Vicente de Souza. A importância e capacidade de mobilização de Vicente de Souza pode ser medida pelo depoimento de Luiz Pinto Pereira de Andrade¹⁹, relatando que diversos alunos da Escola do Realengo procuraram-no (Pinto de Andrade) após sua prisão para perguntar o motivo da revolução e este respondeu que:

“[...] se entendessem com o major Gomes de Castro, pois que nada sabia; que além do que já referiu não é por demais alludir á reunião das classes operarias, onde estiveram presentes muitos alumnos das Escolas Militar e do Realengo, e que se realizou em sessão publica, presidida pelos drs. Lauro Sodré, Vicente de Souza e Barboza Lima, pois que alli se pronunciaram discursos revolucionários, sendo de

¹⁹ Civil envolvido na tentativa de sublevação da Escola do Realengo.

notar o que proferiu o dr. Vicente de Souza, que, além do mais, dizia que se devia substituir esta Republica pela Republica social” (Seabra, 1905).

É reveladora, uma passagem escrita por um dos principais cronistas da Revolta da Vacina, o jornalista Sertório de Castro. Na narrativa dos distúrbios do dia 11 ele relata que:

“Passando nessa ocasião pelo local o superior de dia à guarnição — oficial a quem incumbia, todas as noites, o encargo de rondar a cidade — e que era, naquele momento, o major Sebastião Pirro, partiram dos grupos amotinados vivas ao exército e morras à polícia.”

A revolta estava no seu início. Era o dia 11 de novembro. A sedição militar ocorreria a 14. Quais objetivos tinham os grupos de amotinados que davam vivas ao Exército, num momento de confronto com a polícia? Esperavam eles angariar simpatia nesse embate? O fato do presidente da Liga contra a Vacinação Obrigatória ser um Tenente-Coronel do Exército alimentava a esperança popular de apoio ostensivo dessa instituição às suas manifestações?

Na edição de 12 de novembro, o *Commercio do Brazil* publicou as seguintes palavras de Lauro Sodré acerca de uma provável revolução: “[...] porque ter assombro, porque ter medo das revoluções, quando ellas são salvadoras?”.

No dia 14 de novembro o general Olympio da Silveira solicitava uma audiência com o Presidente da República que teve sua motivação supostamente esclarecida numa carta escrita pelo general e publicada no periódico *A Notícia* de 16 de novembro de 1904:

“[...] lendo hoje no Jornal do Brazil a noticia de ter eu ido ao Palácio offerer os meus serviços ao governo, declaro-vos que fui ao palácio pedir ao Exmo Sr. Presidente a demissão do Sr. Ministro da Justiça, como único recurso para acalmar o animo do povo e evitar maior derramamento de sangue”

O *Paiz* de 17 de novembro relatava que o Presidente recebeu o general Olympio da Silveira e lhe disse que o governo reagiria a qualquer tentativa de subversão e “[...] muito grande seria o meu pezar de ver em movimentos dessa ordem envolvido um General da Republica”.

Nesse mesmo dia, o Ministro da Guerra foi informado de uma reunião que estava se

realizando no Clube Militar. Nela compareceram, os generais Olympio da Silveira, Sylvestre Travassos, e outros militares como o Senador Tenente-Coronel Lauro Sodré, o Deputado Major Alexandre Barboza Lima, o Major Agostinho Raymundo Gomes de Castro e o Capitão Antônio Augusto de Moraes, além dos civis, Vicente de Souza, Alfredo Varella e Pinto de Andrade.

Nessa reunião ficou determinado que haveria um levante simultâneo nas duas Escolas Militares e que a Escola de Tática do Realengo seria sublevada pelo Major Gomes de Castro que entregaria o comando ao General Marciano de Magalhães após a deposição do General Hermes Rodrigues da Fonseca. A Escola Militar do Brazil teria o comando do General Travassos.

O *Paiz* de 16 de novembro de 1904 publicou em editorial na primeira página sua versão da articulação militar:

“A conspiração era patente. Todos os elementos da opposição consorciavam-se para isso. O jornal do Sr. Alfredo Varella era apoiado por elementos monarchistas. A linguagem do Sr. Lauro Sodré era insolentemente incitadora da revolução. E nos centros militares procurava-se por todos os meios, inculcar no espírito dos jovens officiais que a Republica estava perdida, se o Sr. Lauro Sodré não fosse guindado ao poder supremo”.

No depoimento colhido no Hospital Central do Exército, no dia 21 de novembro, o General Sylvestre Rodrigues da Silva Travassos declarou que “[...] ás 2 horas da manhã do dia 14 deste mez (novembro) foi elle declarante procurado em sua residência por duas pessoas, um paizano e um alferes do Exercito cujos nomes não sabe, para comparecer á casa do dr. Lauro Sodré, por convite deste”.

Continuou seu depoimento, abordando as missões que caberiam a cada participante da Reunião do Clube Militar. A cargo do Dr. Vicente de Souza ficaria a agitação do povo. E quanto a ele depoente, general Travassos, “assumiria o commando da Escola Militar”. O general Olympio da Silveira “assumiria o commando das forças do Exercito no quadrilatero da Praça da Republica”. Essas forças seriam constituídas pela Escola de Preparatória e de Tática, pelo 20° Batalhão de Infantaria aquartelado no Realengo, pelo 5° Regimento de Artilharia com sede no Campinho e por outros batalhões que, porventura, aderissem ao movimento da revolta. O General Marciano de Magalhães “assumiria o commando da Escola

Preparatória e de Tática do Realengo, sendo encarregado de sublevar a o major Gomes de Castro”. Tais declarações constavam do depoimento do general Travassos enquanto internado no Hospital Central do Exército (Seabra, 1905).

Lauro Sodré, enquanto preso no encouraçado Deodoro declarou que a reunião no Clube Militar, no dia 14 de novembro, havia sido “casual e que não tivera convocação prévia, era a portas fechadas” (Seabra, 1905). Declarou ainda que se envolveu no movimento da Escola Militar “[...] por ser solidário com esses moços na defesa da mesma causa” e que esse movimento “[...] não tinha outro intuito senão tentar a obtenção de providencias que visassem pôr termo a essa triste ordem de cousas”.

Os generais Olympio da Silveira e Marciano de Magalhães negaram a participação na insurgência, afirmando inocência.

Por ocasião de sua prisão pelo general Francisco da Rocha Callado, o General Travassos incriminou os Generais Marciano de Magalhães e Olympio da Silveira. Isto constava do depoimento dado pelo alferes Álvaro César da Cunha Leite, ajudante de ordens do general Rocha Callado que ouviu do General Travassos: “Onde está o General Olympio da Silveira? E o Marciano? São Generais de Artilharia: eu sou de infantaria e não sou covarde”.

Na sua mensagem ao congresso a 16 de novembro de 1904, Rodrigues Alves pareceu não ter duvidas sobre os principais articuladores e aponta os responsáveis:

“Carece, entretanto, apurar as responsabilidades dos militares e civis envolvidos em tão graves acontecimentos, fazendo-os processar e prender, e lamenta ter de vos comunicar que o senador tenente-coronel Lauro Sodré e os deputados Alfredo Varella e major Barboza Lima, são geralmente considerados como autores do movimento, que visava entregar ao primeiro delles a dictadura militar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do fator gerador imediato da revolta ter sido a publicação do esboço da lei no periódico *A Notícia*, é clara a observação de que a liderança revoltosa inicialmente formava um grupo pré-determinado a alcançar objetivos mais amplos do que a simples

revogação ou abrandamento da regulamentação da vacinação obrigatória.

É verdade que após ter sido deflagrada, os promotores e incitadores perderam o controle e a revolta tomou rumos não previstos, principalmente com o fracasso das sublevações militares.

Além dos confrontos entre a população revoltosa e a Brigada Policial, Exército, Marinha (principalmente os amotinados no bairro da Saúde) e Bombeiros, houve também confronto entre tropas do Exército. Os alunos da Escola Militar marcharam e nesses confrontos em que houve oposição de irmãos de armas, vidas foram perdidas e carreiras políticas e militares destruídas.

Com relação à ideologia do movimento, era patente a influência que a doutrina positivista exercia sobre os militares, em particular nos alunos da Escola Militar do Brasil. Ela foi um dos principais focos de oposição à vacinação tendo como instrumento a Igreja e Apostolado Positivista, com sede no Rio de Janeiro, que foi responsável por dezenas de publicações que serviram de combustível à insurreição na Capital Federal (Klajman, 2011).

Portanto, mais do que responsável pelo envolvimento militar na Revolta da Vacina, essa filosofia fundamentou a formação do pensamento militar republicano no Brasil através de Benjamin Constant e seus discípulos, entre eles Lauro Sodré, apoiado na contraditória concepção de Augusto Comte que propagava um governo que pendesse para uma ditadura esclarecida.

Uma minoria conquistou corações e mentes da jovem oficialidade da época, planejou e tentou executar a derrubada do governo Rodrigues Alves. Mas essa porção que agiu inconstitucionalmente foi derrotada em confronto militar no bairro de Botafogo, quando entraram em combate os alunos da Escola Militar que tentariam a deposição de Rodrigues Alves e tropas legalistas.

A revolta popular, consagrada na historiografia como uma reação legítima e espontânea à vacinação obrigatória, teve outros ingredientes que devem ser levados em consideração, como os indícios de contratação de pessoal entre os amotinados do bairro da Saúde, como relatou O Paiz a 17 de novembro de 1904:

“[...] foi que os que lá causaram balburdia, não eram mercadores locais e que por lá haviam sido mandados por “gente de juízo”. Em poder de alguns, foram encontradas

libras esterlinas em abundancia”.²⁰

Por fim temos o pronunciamento que fez no Senado Rui Barbosa que corroborou a tentativa de golpe como o propulsor do movimento: “[...] projeto não podia servir de base a um movimento de revolta e que os intuits dessa reação violenta foram de prompto completamente desvirtuados pela exploração política. Ela foi o ensejo para uma sedição, chefiada por militares, tendo por fim subverter as instituições.”²¹

Diante das fontes pesquisadas e apresentadas ao longo deste breve estudo, me parece correto afirmar que a reforma urbana de Pereira Passos que desalojou milhares de habitantes do centro do Rio de Janeiro, no que ficou conhecido como o “bota-abaixo” e que como resultado levou ao melhor entendimento que temos hoje de como a demolição de quase 600 prédios “levou a uma piora nas condições de vida de um grande número de pessoas e permanece profundamente interconectado com o crescimento das favelas” (Carvalho, 2013, P.76), juntamente com a má utilização política das ações capitaneadas por Oswaldo Cruz na tentativa de sanear o Rio de Janeiro foram fatores importantes, mas não seriam capazes, naquelas condições de levar a cabo a destituição de Rodrigues Alves. Os acontecimentos que envolveram militares, licenciados ou não, foram propiciadores do movimento numa tentativa de golpe que já se encontrava a caminho. A Revolta teria sido a última tentativa de tomada do poder por parte dos Florianistas que era um dos diversos grupos interessados na substituição do Presidente da República e da ordem vigente, que, entretanto, precisavam do apoio dos militares. A falta de coordenação, a suposição de que não haveria resistência das tropas legalistas foram os fatores que efetivamente levaram o movimento ao fracasso e ao seu quase esquecimento na historiografia atual, incluindo, erroneamente segundo nosso entendimento, a articulação militar durante Revolta da Vacina como uma das consequências secundárias de um movimento que foi articulado para destituir e substituir o Presidente da República.

BIBLIOGRAFIA

²⁰ *O Paiz*, 17 de novembro de 1904.

²¹ *O Paiz*, 17 de novembro de 1904.

FONTES PRIMÁRIAS

- ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. *Mensagem ao Congresso Nacional*. 16 de novembro de 1904.
- ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório de 1904 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1905. Ministério da Guerra, 1905.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Tomo I, Livros 1 e 2. Imprensa do Exército, 1961.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução Destruiu*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CORREIO DA MANHÃ, O – exemplares de julho a dezembro de 1904. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Ordens do Dia de 1904 e 1905. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército.
- FILHO, Lobato. *A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1992.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, exemplares de novembro e dezembro de 1904, fevereiro de 1905. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- JORNAL DO COMMERCIO – exemplares de março de 1895 e novembro de 1904. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- LEMOS, Miguel. *A Vacina e sua Obrigatoriedade*. Apostolado Positivista do Brazil, 1903.
- NOTÍCIA, A - exemplares de novembro de 1904. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional
- PAIZ, O – exemplares de março de 1895, maio de 1897 e julho a dezembro de 1904. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- SEABRA, José Joaquim. Relatório da Directoria da Justiça de 1904 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1905. Ministério da Guerra, 1905.

- SODRÉ Emmanuel. *Lauro Sodré na História da República*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1970.
- VIDAL, Gil. A Terceira Discussão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º out. 1904.
- _____. Código de Torturas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1904.

• **FONTES SECUNDÁRIAS**

- CARVALHO, Bruno. *Porous City: A Cultural History of Rio De Janeiro (from the 1810s Onward)* (Liverpool, England: Liverpool University Press, 2013).
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O rio de Janeiro e a República que não foi* - São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 86p. il. (Coleção Descobrimdo o Brasil).
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, s.d.
- KLAJMAN, Charles. O conhecimento científico divulgado pelos soldados de farda branca, através do periódico Medicina Militar (1910 –1923). Dissertação de Mestrado. COC/FIOCRUZ, 2011.
- _____. A REVOLTA DO 9º BATALHÃO DE INFANTARIA (Salvador, 17 de Novembro de 1904) Um eco das sublevações militares ocorridas durante a Revolta da Vacina. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 146, p. 25-31, 2009.
- _____. Revolta da Vacina (novembro 1904): “um enfoque militar”. Monografia. UNIRIO/IGHMB. Rio de Janeiro, 2007.
- KROPF, Simone Petraglia. “Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX”, in: HERSHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso. Médicos, engenheiros e educadores no Rio de*

Janeiro (1870-1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

- LE CORBUSIER, Urbanismo, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PMRJ - *Pereira Passos, vida e obra* - RIO ESTUDOS, n. 221 - Prefeitura do Rio de Janeiro, agosto de 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Tudo É História, 89).
- SMALLMAN, C. SHAWN. *Fear & Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954* (Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2002).



A LOGÍSTICA MILITAR DO SÉCULO XIX: REFLEXÕES PARA A ATUALIDADE

Fabio Gomes Barbosa¹

RESUMO

Este estudo visa observar como a logística se comportou no século XIX, tendo como laboratório as grandes guerras ocorridas neste período, a saber: Guerras Napoleônicas, Guerra da Crimeia, Guerra Civil Americana, Guerras de Unificação Alemã e Guerra da Tríplice Aliança. Para tanto, consideramos todos os aspectos logísticos que possam influenciar o resultado de uma crise, um conflito ou uma guerra. Assim, mobilização, indústria nacional de defesa, compra de materiais militares, dinâmica do abastecimento, concentração de forças, todo esforço de sustentação de uma força armada será levado em consideração, dentro da ideia de “logística militar”. Como resultado, observou-se que as Grandes Guerras do século XIX se comportaram de maneira distinta uma das outras, porém os resultados, quase sempre, estiveram relacionados à capacidade da nação de sustentar o esforço de guerra.

Palavras-chave: Logística militar; Mobilização militar; Guerras do Século XIX.

INTRODUÇÃO

No século XIX houve grandes mudanças na arte da guerra, tais mudanças tiveram pontos de inflexão importantes, onde as características do combate mudaram abruptamente e, aqueles que as observaram, ou mantiveram-se a frente do seu tempo, obtiveram vantagens significativas.

Este período foi, também, bastante influenciado pelas obras de Clausewitz (2010) e Jomini (1950), “Da Guerra” e “Arte da Guerra”, respectivamente, foram esforços dos autores para codificar os ensinamentos observados até então. Para Jomini (1947), “a logística era tudo ou quase tudo, nas atividades militares, exceto o combate”. Já Clausewitz (2010)

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1998), Especialização em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO (2006) e atualmente é mestrando do PPGH da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

ressaltou os desafios para o abastecimento de grandes exércitos, sem definir o que seria a logística, mas levando em conta o abastecimento, o acampamento, as marchas e as linhas de comunicações.

As Grandes Guerras travadas no século XIX prenunciaram as duas Guerras Mundiais, e estas últimas ainda têm reflexos no século XXI, confirmando que a estratégia do presente se estabelece em linhas do passado e nunca nas do futuro, pois isso acarretaria o preparo para uma guerra contra uma ameaça imaginária. Por isso, faz-se necessário rever os ensinamentos do passado e repensar a estratégia do presente para não correr o risco de cometer os mesmos erros ocorridos em outras épocas.

Neste estudo, consideramos todos os aspectos logísticos que possam influenciar o resultado em uma guerra. Assim, mobilização, indústria nacional de defesa, compra de materiais militares, dinâmica do abastecimento, concentração de forças e todo esforço de sustentação de uma força armada será levado em consideração, dentro da ideia de “logística militar”.

A metodologia adotada neste trabalho foi composta da leitura e análises bibliográficas, com base principalmente em Hart (1982), onde o autor destaca aspectos importantes para o resultado das batalhas, e os relatos de Cerqueira (1980) a respeito de suas próprias experiências na Campanha do Paraguai, dentre outras fontes.

Assim, pretende-se, com este estudo, observar como a logística se comportou no século XIX, tendo como laboratório as grandes guerras ocorridas neste período, a saber: Guerras Napoleônicas, Guerra da Crimeia, Guerra Civil Americana, Guerras de Unificação Alemã e Guerra da Tríplice Aliança.

AS GUERRAS NAPOLEÔNICAS

A revolução francesa foi também uma revolução na arte da guerra. As inovações no campo da logística, possibilitadas pelo aumento dos efetivos militares e pelo alargamento da estratégia, ensejaram uma rápida adaptação para acompanhar e permitir tais mudanças.

Ameaçada pela primeira coligação, as tropas francesas empregaram bem seus meios disponíveis, notadamente os de artilharia, onde Gribeauval havia realizado grandes

inovações (redução do número de calibres para somente quatro, uso das granadas *Shrapnel*, ganho de mobilidade para acompanhar as armas de manobra, sistema de caixas para transporte das munições entre outros), dotando a França da melhor artilharia do mundo.

A nível nacional, a França experimentaria uma grande mobilização interna com a Lei Jourdan e o Decreto do *levée en masse*. O primeiro tornou o serviço militar obrigatório para os homens com idade entre 18 e 24 anos e o segundo empregou toda mão de obra disponível para o esforço de guerra.

As grandes distâncias percorridas pelas tropas e o alargamento do Teatro de Operações, realizando campanhas longe de suas fronteiras, foram obstáculos a serem transpostos pela logística e requereram uma mudança audaciosa no abastecimento das tropas. Então, como a França iria abastecer tantos homens, vencendo grandes distâncias?

A resposta não veio no nível estratégico, mas sim no operacional, ficando definido que as campanhas napoleônicas iriam valer-se da própria guerra para alimentar a guerra. A antiga prática da requisição foi a melhor resposta para suprir a *Grande Armée* de Napoleão, como ele mesmo escreveu (PARET, 2001, p.178), “[...] saber [...] como obter todos os tipos de suprimento do país que você ocupa constitui uma grande parte da arte da guerra”.

Como operacionalizar tal medida sem comprometer os níveis de estoque das cidades? A resposta a essa dificuldade veio no nível tático: as transformações nas estruturas da Divisão de Exército e o surgimento do Batalhão Quadrado, formado por unidades que marchavam em eixos paralelos, diminuiriam o impacto da requisição sobre as cidades, permitindo que grandes efetivos fossem deslocados, sitiando os fortes como parcela das tropas e desbordando com as demais, como observou Paret (2001, p.178):

O sistema de viver às expensas da terra era facilitado pela institucionalização de uma medida que vinha da Guerra dos Sete Anos e que seria fundamental (...) a repartição do exército unitário em divisões e corpos permanentes, combinando infantaria, cavalaria, artilharia e serviços de apoio.

A grande disparidade entre os aliados e os franceses, em relação a composição dos trens de suprimento, nos dá noção da abordagem diferenciada sobre a maneira como os exércitos foram supridos.

[...] o exército francês teve 300 veículos de abastecimento enquanto a Prússia teve 1398 vagões produzidos, 116 fornos móveis, 1380 vagões de farinha e 240 veículos diversos. O comboio de bagagem no exército prussiano também foi enorme (...) um regimento prussiano tinha 13 vagões, 293 cavalos e 173 não-combatentes. (PAPILLA, 2014, p.118-119)

Contudo, anos de fricção fizeram com que as estratégias elaboradas por Napoleão fossem difundidas e superadas por seus oponentes. A campanha Peninsular e a invasão da Rússia testaram suas estratégias logísticas ao máximo. Enquanto conseguia envolver o inimigo e impor sua vontade rapidamente, atuando em áreas rurais ricas da Alemanha e da Itália durante o verão, suas estratégias funcionaram bem, pois o exército teve acesso aos depósitos inimigos e pôde suprir tudo aquilo que não podia ser requisitado no itinerário de marcha.

Já na Campanha Peninsular e na invasão da Rússia, o sistema logístico francês não se adequou às novas exigências. Dependentes do transporte terrestre deficitário, enquanto seus inimigos contavam com vias aquáticas para suprirem seus exércitos, a França não conseguiu manter-se durante tais guerras inconclusivas. A técnica da pilhagem não funcionou nas terras arrasadas pelas tropas russas em retraimento; na Espanha, tal pilhagem, recrudescer ainda mais as hostilidades da população, impulsionando a guerrilha, e o insucesso nas batalhas limitou o acesso aos depósitos de suprimento inimigo.

O resultado da acomodação logística de Napoleão foi a perda de, aproximadamente, meio milhão de homens e os motivos, puramente logísticos:

Cercados pelos exércitos russos com um suprimento de víveres totalmente inadequado e sob um frio de -20° C, apenas 100 mil homens conseguiram ultrapassar a fronteira russa. Do total de mortos, apenas um quinto havia morrido nos campos de batalha. O restante padecera de fome, frio, doenças, exaustão, além dos desertores e capturados. (MAGNOLI, 2013, p. 210)

A GUERRA DA CRIMÉIA

A necessidade de manter uma saída para os mares quentes e um acesso ao Mar Mediterrâneo foi um dos motivos que levaram Rússia, Turquia, Inglaterra e França a

travarem a Guerra da Criméia (1854-1856).

A Rússia impressionava pelos seus grandes efetivos altamente disciplinados, porém essa massa de soldados obedientes e rústicos escondia deficiências logísticas e educacionais. Igualmente grande era número de ameaças que a Rússia poderia enfrentar ao redor de suas fronteiras, agravado por um sistema de transporte deficiente.

A revolução industrial foi mais lenta nesta parte da Europa e as consequências para a máquina de guerra russa foram nefastas. Seus navios, ainda de madeira, não eram páreos para os navios de guerra à vapor dos aliados, armados com granadas explosivas e foguetes à *Congreve*. Além disso, um prolongamento do conflito, deixava os russos ainda mais expostos, pois não possuíam uma indústria de defesa eficiente.

A mobilização nacional estava deficiente, pois havia poucos reservistas que podiam ser convocados para a guerra. O serviço militar era muito curto e havia poucos oficiais para muitos soldados. A convocação para a guerra ocasionou uma retirada de mão de obra do mercado de trabalho, prejudicando ainda mais a economia.

No nível estratégico, o sistema de transporte era muito deficiente e as linhas férreas ainda não se transformaram em apoio às operações militares. O transporte ainda era feito com carroças puxadas a cavalo, cruzando o território russo para abastecer as tropas e demandando grandes quantidades de forragem para os animais que competiam com o espaço destinado aos víveres da tropa.

O nível operacional foi totalmente prejudicado, os reforços chegavam desproporcionalmente, enquanto os soldados russos levavam aproximadamente três meses para chegar de Moscou, os aliados reforçavam suas tropas em semanas por via marítima.

Kennedy (2010, p. 171-172) caracterizou bem a crise de abastecimento russa na Crimeia:

Havia debilidades logísticas e econômicas. Como não havia ferrovias ao sul de Moscou, carroças de abastecimento, puxadas a cavalo, tinham de atravessar centenas de quilômetros de estepes, que se transformavam num mar de lama no degelo da primavera e nas chuvas outonais. Além disso, os cavalos precisavam de tanta forragem (que por sua vez tinha de ser transportada por outros cavalos de carga, e assim por diante), que um enorme esforço logístico produzia resultados desproporcionalmente pequenos: soldados e reforços aliados podiam ser mandados da França e Inglaterra, por mar, à Crimeia em três semanas, ao passo que soldados russos do Moscou levavam, por vezes, três meses para chegar à frente de combate. Mais alarmante ainda foi o colapso dos estoques de equipamentos do exército russo.

No nível tático, aspectos cruciais foram observado quanto à grande diferença nos armamentos. Enquanto o soldado russo ainda utilizava o fuzil de pederneira, com alcance de 200 metros e de carregamento demorado, as tropas aliadas podiam atirar com uma eficiência de até mil metros, possibilitado pela munição e pelas ranhuras *Minié*, além do fuzil *Dreyse* de agulha. Tal diferença se traduziu em maiores baixas do lado russo.

Notório foi o desenvolvimento do serviço de enfermagem, onde se destacou a figura de Florence Nightingale, a enfermeira britânica que tantos serviços prestou ao exército inglês e aos seus feridos. Até então, como assinala Lopes e Sandra (2010, p. 184), “[...] humanitariamente falando, esta Guerra representou uma verdadeira hecatombe, demonstrando que a organização hospitalar britânica não havia evoluído grandemente desde as Guerras Napoleônicas”.

Tendo uma grande cobertura pela imprensa, as condições precárias de saúde das tropas sensibilizaram os britânicos, e a Rainha Vitória enviou uma equipe de enfermeiras chefiadas por Florence Nightingale que organizou o serviço de saúde em campanha e criou a profissão de enfermagem moderna.

Infere-se que de nada adianta uma grande força terrestre se a mesma não for apoiada por uma logística à altura que possa disponibilizar armamentos modernos, garantir o apoio logístico contínuo e tratar dos seus doentes. A Rússia detentora dos maiores efetivos perdeu algo de torno de 500 mil combatentes, grande parte devido ao armamento ultrapassado e às deficientes condições de saúde.

Da parte dos aliados, viu-se a forte influência da segunda revolução industrial em seus armamentos, nas frotas navais e na rapidez do reabastecimento, além do salto de qualidade que houve em relação ao serviço de saúde.

A GUERRA CIVIL AMERICANA

A Guerra Civil Americana (1861-1865) pôs em lados opostos o Norte, industrializado, e o Sul, agrário, dos Estados Unidos (EUA). Neste conflito, houve grande contribuição à arte da guerra e a logística ditou a natureza e o resultado deste conflito.

Os sulistas pretendiam submeter o Norte o mais rápido possível, possuíam generais de peso, como o General Robert E. Lee e o General Thomas Jackson, tipicamente de inclinações napoleônicas. Seus efetivos eram bem menores que os do Norte, além de possuírem grande número de escravos – limitados para o emprego militar – porém possuíam armamentos modernos, tais como os fuzis raiados, que contribuíram para um engajamento mais distante das tropas e maior dispersão no campo de batalha, fruto das importações.

O Norte, bem mais industrializado, estava disposto a levar a guerra até as últimas consequências, possuía grandes efetivos e capacidade industrial maior, tendo condições de travar lutas prolongadas. A forte liderança exercida por Abraham Lincoln, presidente da União e, a atuação dos generais Grant e Sherman, foram decisivas para as escolhas estratégicas tomadas.

A estratégia nortista, depois de alguma hesitação, foi a de cercar os confederados e apertar o nó pouco a pouco, o que lhe valeu o apelido de “Plano Anaconda”, pois lembrava o comportamento dessa serpente com suas presas. A consecução desse plano exigia a abertura de três frentes: uma oriental, dirigindo-se a Richmond; outra ocidental, visando controlar a bacia do Mississippi; e uma frente meridional, representada pelo cerco naval aos portos sulistas. (MAGNOLI, 2012, p. 238)

A ausência de tropas profissionais contribuiu para o prolongamento deste conflito, incertezas quanto à melhor estratégia foram típicas. Inicialmente os objetivos eram as capitais, Richmond e Washington, submetendo o centro político, ganhariam a guerra. Depois, o foco foram as forças inimigas, destruindo as mesmas, desarmariam seu oponente.

A logística estratégica de ambos os contendores funcionou de maneira satisfatória e se igualaram. A existência de grande malha ferroviária colaborou com a concentração de grandes contingentes e suprimentos, porém limitou as manobras, condicionando as mesmas aos desenhos dessas malhas. Um exemplo da importância logística desta malha foi verificado quando da ameaça da União de conquistar importante entroncamento ferroviário, que permitiria um acesso rápido para Richmond, fazendo com que as tropas sulistas, distantes apenas 35 quilômetros de distância de Washington, recuassem para defender suas linhas de comunicações.

Os meios navais ganharam impulso. Para furar o cerco naval, os confederados desenvolveram uma série de vapores rápidos de pequeno calado capazes de furar o

bloqueio e garantir seu suprimento externo. A aquisição de destroieres, por intermédio de compras na Inglaterra e na França, causaram pesadas perdas à marinha mercante nortista. O desenvolvimento dos encouraçados para bombardear as fortalezas do litoral, altamente defendidas por artilharia de costa, que ameaçava qualquer embarcação de madeira que se aproximasse, substituiu, aos poucos, as embarcações antigas, agregando mais poder de combate a esses vasos de guerra. Segundo Magnoli (2012), ainda, o primeiro submarino surgiu nesta guerra.

A produção de fardamento por ambos os lados, seguiu o padrão das indústrias dos beligerantes. Enquanto no Sul os uniformes cinzas feitos de lã, eram muito mais resistentes, o Norte produzia calçados de melhor qualidade e, por vezes, via-se soldados sulistas lutando descalços, ou utilizando peças deixadas para trás pelos unionistas.

No nível operacional, malhas ferroviárias levam suprimentos até certo ponto, a partir daí, comboios em carroças eram necessários para levar a comida à frente. Parte considerável da malha ferroviária encontrava-se no Norte e, levando em consideração que as lutas foram travadas no Sul, o gargalo do abastecimento foi muito maior nessa região.

A superioridade da alimentação do Norte traduziu-se pela existência de alimentos enlatados e carnes salgadas que duravam por mais tempo. Já o abastecimento de carnes para o Sul ficou prejudicado pela interdição das linhas de comunicações vindas do Texas, restando para os confederados uma mistura de farinha de milho, amendoim seco e maçãs.

No nível tático, a maior contribuição para a arte da guerra foi o desenvolvimento de novas armas. A partir do fuzil Dreyse, de agulha, foi projetada a metralhadora Maximum que tantas vidas ceifou nas guerras do século XX. A introdução dos revólveres Colt, das Carabinas Sharps, com seu sistema de retrocarga, aumentando a rapidez nos disparos. A produção dos rifles Henry e a inovação dos cartuchos fez com que esse armamento atingisse a cadência de 25 tiros por minuto, muito acima da média da época.

Os canhões foram implementados com as almas raiadas, aumentando sua precisão, os famosos canhões Gatling, embora pesados (900 Kg), se tornariam o padrão da artilharia norte-americana.

O Plano Anaconda teve que ser mudado, pois as batalhas travadas não surtiam efeitos. Assim, Grant, nomeado comandante geral das forças, pressionou os confederados

mais ao sul, ameaçando dois grandes entroncamentos ferroviários, Atlanta e Petersburg, que abasteciam a capital confederada de Richmond. A batalha de Petersburg foi renhida e tomou os moldes de uma guerra de trincheira, durando cerca de 10 meses. Desta batalha saíram vitoriosos os nortistas e a cidade de Richmond, totalmente incendiada, caiu, obrigando o general Lee a assinar os termos da rendição.

AS GUERRAS DE UNIFICAÇÃO ALEMÃ

As vitórias da Prússia nas campanhas de 1864, 1866 e 1870/71 contra Dinamarca, Áustria e França, respectivamente, foram frutos de profundas modificações nas forças armadas prussianas, principalmente nos níveis estratégico e operacional.

Embora houvesse uma forte oposição inicial da câmara baixa para aprovar um novo orçamento necessário à modernização da força terrestre, este foi imposto pelo Rei Guilherme I e pouco contestado após seguidas vitórias e a unificação alemã.

No nível estratégico, o serviço militar obrigatório de três anos no exército regular, após os quais passariam quatro anos na reserva e somente após isso, integrariam a *Landwehr*, foi expandido para todas as classes sociais, dotando a Prússia de um efetivo militar em relação a população muito maior do que as outras potências.

Tamanho aumento nos efetivos teve reflexo direto na logística militar, pois como observou Keneddy (2012, p. 181), “[...] não haveria maior utilidade em recrutar uma força de meio milhão ou um milhão de homens, se não fosse possível alimentá-la, treiná-la, vesti-la e armá-la adequadamente e transportá-la para a zona de batalha decisiva.”

O Estado-Maior prussiano ganhou notoriedade e foi mais bem empregado por Moltke, o velho. Esse órgão passou a ser o cérebro do exército e a formular planos e revisá-los constantemente de acordo com as hipóteses de emprego. O estudo da história era valorizado, porém com o cuidado de não repetir as estratégias erradas, pois segundo General Moltke:

[...] a estratégia é um sistema de expedientes *ad hoc*; é mais do que conhecimento, é a aplicação do conhecimento à vida prática, o desenvolvimento de uma ideia original de acordo com circunstâncias continuamente cambiantes. Ela é a arte da ação sob pressão das mais difíceis condicionantes. (PARET, 2010, p. 389)

Assim, as observações na história das batalhas napoleônicas serviram como um laboratório para o Estado-Maior prussiano, onde Moltke, contando com extensa malha ferroviária, um grande exército e boa rede de estradas, pode implementar as manobras de posição central e ações concêntricas, emassando suas tropas oportunamente para bater o inimigo sem perda de tempo. Ainda segundo Paret (2010, p.385):

As estradas de ferro proporcionaram oportunidades estratégicas novas. A tropa podia ser deslocada seis vezes mais rapidamente do que as marchas dos exércitos de Napoleão, e sobre os fundamentos de toda a estratégia – tempo e espaço – fez-se uma nova luz.

No nível tático, as melhorias nos armamentos foram constantes, pois as falhas ou deficiências observadas no campo de batalha eram de imediato estudadas e eliminadas pelo Estado-Maior. Desta forma, a deficiência da artilharia, observada na guerra contra Áustria, em 1866, foi logo superada com os canhões Krupp de alma raiada, carregamento pela culatra e feitos de aço. Tal superação foi possível por intermédio da implantação da base industrial de defesa, nível estratégico, e o efeito dela foi a vitória sobre a França em 1870, país que possuía a melhor artilharia do mundo. Tamanha foi a eficiência da artilharia prussiana que minimizou a baixa qualidade do rifle prussiano em comparação ao *Chassepot* francês, de culatra móvel.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

A Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai foi travada no período de 1965 até 1970.

A preparação paraguaia, feita no nível estratégico, foi sem dúvida o fole que acendeu e manteve viva a chama da mobilização para a guerra. Segundo Moitrel (2015), no começo de 1864, Solano Lopez criou o Campo de Instrução de *Cerro León*, onde manteve em constante treinamento 30.000 homens. Além disso, 17.000 recrutas eram treinados em *Encarnación*, 10.000 homens em Humaitá, 4.000 homens em Assunção e 3.000 em Conceição.

As compras de material militar e os acordos de cooperação foram notáveis: foi encomendada grande quantidade de pólvora; armamentos e técnicos chegavam da Europa; foi estabelecida ligação férrea entre a capital e o campo de instrução; e foram encomendadas embarcações encouraçadas aos países europeus. Destes últimos, nos conta Moitrel (2015, p.93-94), foram solicitadas também:

[...] a construção de navios couraçados do tipo casamata (proteção encouraçada instalada na tolda dos navios fluviais, cobrindo canhões de grosso calibre capazes de atirar para um e outro bordo) e do tipo torre (estrutura couraçada de forma cilíndrica, que possibilita atirar em várias direções).

Tais embarcações, segundo a autora, não chegaram a incorporar à marinha paraguaia e, mesmo sem elas, o país guarani iniciou a guerra, o que se configuraria, mais a frente na batalha do Riachuelo, um erro de avaliação estratégica fatal para a sua liberdade de ação nos rios.

O nível estratégico foi empregado, ainda, para a aquisição de armas modernas, pois a navegação no Prata era livre e diversas nações ali circulavam, Lopez aproveitou esse comércio para adquirir as armas mais modernas que o Paraguai podia comprar, tendo adquirido uma carga de fuzis *Minié* em Buenos Aires e, depois, em 1865, 38 caixas com fuzis entregues pelo navio britânico Esmeralda.

Assim, o governo ditatorial, agindo na logística estratégica, permitiu o desenvolvimento a comando, facilitando a militarização do país e, por algum tempo, os paraguaios tiveram a percepção de que poderiam atingir os seus objetivos geopolíticos e econômicos.

A prática da requisição foi amplamente empregada pelo Paraguai, pois por onde passavam pilhavam as cidades e, quando da retirada, queimavam tudo. Procedimento esse muito parecido com as práticas observadas nas guerras napoleônicas.

Quanto à preparação brasileira, as principais tropas estavam envolvidas na questão do cerco a Montevideu. O País contava com, aproximadamente, 18.000 homens espalhados pelo território e a preocupação com defesa não era prioridade do congresso.

A existência da Guarda Nacional, minava a capacidade do Exército de preparar reservistas capazes de defender o Brasil, pois grande parcela da população capaz era destinada a esta instituição. Como observou Cerqueira (1980, p.63, *grifo nosso*):

Era um exército de um povo descuidado, ao qual faltava o principal elemento, base fundamental dos exércitos modernos: *uma reserva*. O país que não a possui, numerosa e capaz de entrar em campanha imediatamente, não pode aspirar aos foros de forte e está a cada instante ameaçado de um desastre, porque a guerra muitas vezes vem quando menos se espera.

Vê-se assim que não havia preparação estratégica para responder à altura uma ameaça estrangeira. A mobilização brasileira se fez por intermédio da criação da tropa de Voluntários da Pátria, onde os homens maiores de 18 anos e menores de 50 podiam alistar-se por livre vontade. Segundo Frota (1987, p.217):

[...] encontravam-se nas vizinhanças de Montevidéu 9.466 homens, à frente dos quais encontrava-se o brigadeiro Manuel Luiz Osorio. A Guarda Nacional representava uma reserva ponderável, mas não adestrada. O governo preparou-se para a luta, criando 57 Batalhões chamados VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA. Assim, 60.000 homens arregimentaram-se, como nos velhos exércitos [...].

A logística, no nível operacional, funcionou adequadamente, pois contava com uma marinha eficiente e capaz de prover o abastecimento das tropas ao longo dos rio Paraguai e Paraná. Os embates não se afastaram da calha desses rios e as linhas de comunicações fluviais eram sempre mantidas, principalmente após a batalha de Riachuelo, quando a Marinha do Brasil garantiu sua supremacia sobre a Bacia Platina..

Os arsenais de Cerrito, na região do Prata, e do Rio de Janeiro foram responsáveis pelo reparo e construção das novas embarcações, respectivamente, necessárias à campanha, bem como pela produção de toda munição empregada pela Marinha e parte da do Exército, pois não havia tempo hábil para encomendar de fora do país.

A logística no nível tático contava com alguns imbróglios. Antes da Guerra, segundo o mesmo autor, o Brasil adquiriu uma quantidade de 27.000 fuzis e carabinas raiados (*Enfield* e *Minié*), além de uma carga de 85 canhões (todos igualmente raiados) e 17.000 projéteis cilíndricos de artilharia. A aquisição de dois calibres de rifles mostrou-se infeliz, pois poderia causar confusão nos abastecimentos, assim, ficou estabelecido o calibre 14,8mm e os demais foram recalibrados, as munições 14,66mm foram aproveitadas, o que resultou em perda de efetividade quando se utilizava as munições sub-calibradas. Quanto

aos canhões, diversos eram os calibres, como prova o Relatório do Ministério da Guerra de 1867 (GONÇALVES, 2015, p.242):

[...] ao dar o total de 104 ao Exército em Operações no Paraguai, sendo elas: 17 Wythwoort (em três calibres de 32, 12 e montanha), 73 La Hitte (em quatro calibres de 12, 6, 4 e montanha), 4 obuses de calibre 14, dois obuses de montanha e 8 morteiros de 220mm.

Ponto de inflexão no curso desse conflito foram as melhorias implantadas por ocasião da chegada do Marquês de Caxias. Este organizou totalmente os diversos serviços em campanha: saúde, abastecimento, treinamento, forragens dos animais, reabastecimento, infraestrutura e contratações.

A construção de ferrovia no Chaco, com vistas ao abastecimento da tropa durante a manobra de envolvimento realizada em Humaitá, permitiu o abastecimento com o transporte de 65 ton/dia e ressaltou o entendimento de Caxias quanto à importância da logística para tais empreendimentos. Famosa foi a manobra de Piquiciri, onde Caxias mandou construir uma estrada sobre o Chaco para permitir a passagem das tropas e o envolvimento de tal posição fortificada, segundo De Moura e De Paula (2009, p.273):

Para a construção desta estrada foram 23 dias de exaustivos trabalhos, realizado por 3.554 homens, na construção de 11 km. Três quilômetros foram cobertos por troncos de seis mil palmeiras e construídas cinco pontes. Seriam 17.000 homens que passariam por ali. O efetivo aliado era, naquele momento, de 31.000 homens, sendo 25.000 brasileiros.

A ação de Caxias sobre a logística operacional das tropas aliadas permitiu a conquista da capital inimiga, Assunção. A continuidade das operações para prender Solano Lopez, após a conquista deste centro geográfico, não mais contariam com Caxias, o centro político inimigo estava conquistado e, das tropas inimigas, só restavam crianças e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Grandes Guerras do século XIX se comportaram de maneira distinta uma das outras, porém, os resultados, quase sempre, estiveram relacionados à capacidade da

nação de sustentar o esforço de guerra.

Nas Guerras Napoleônicas, embora contasse uma boa preparação no nível estratégico, onde houve a mobilização de grandes contingentes e da indústria nacional, a vulnerabilidade da logística operacional, contando apenas com as requisições e dependente das vitórias nas batalhas, custou caro à França quando suas linhas de comunicações foram estendidas.

O descompasso industrial entre a Rússia e seus oponentes (França e Inglaterra) contaminou os três níveis da logística russa na Guerra da Crimeia. Meios navais ultrapassados, armamentos que não acompanharam a evolução e deficiente malha ferroviária levaram o grande Império russo à derrocada.

O resultado da Guerra Civil Americana, para a logística, foi o surgimento de diversos armamentos novos e uma pequena mostra da capacidade da indústria nacional militar dos Estados Unidos da América. Capacidade esta que deixaria os norte-americanos em posição confortável nas guerras futuras.

As Guerras de Unificação Alemã foram as que mais contribuíram para a arte da guerra como um todo, pois os estudos de Estado-Maior permitiram maior previsão e preparo das forças para a guerra. Trabalhando com hipóteses de emprego e preparando-se em cima delas, as forças prussianas superaram obstáculos logísticos nos três níveis, com reflexos até a Segunda Guerra Mundial.

A Guerra do Paraguai mostrou que um país, mesmo pequeno, com boa preparação logística pode se tornar uma pedra no calcanhar de seus concorrentes. A grande mobilização do Paraguai permitiu que o mesmo enfrentasse a Tríplice Aliança e estendesse a guerra por longos quatro anos. Da parte brasileira, o despreparo e as falhas nos diversos níveis custou caro ao Império.

Por fim, conclui-se que a logística tem peso grande no resultado das batalhas, principalmente nos níveis estratégico e operacional, pois condicionam a manobra estratégica, esta, por sua vez, tem de estar alinhada com as capacidades logísticas para não incorrer no erro de ser surpreendida com a quebra do abastecimento.

REFERÊNCIAS

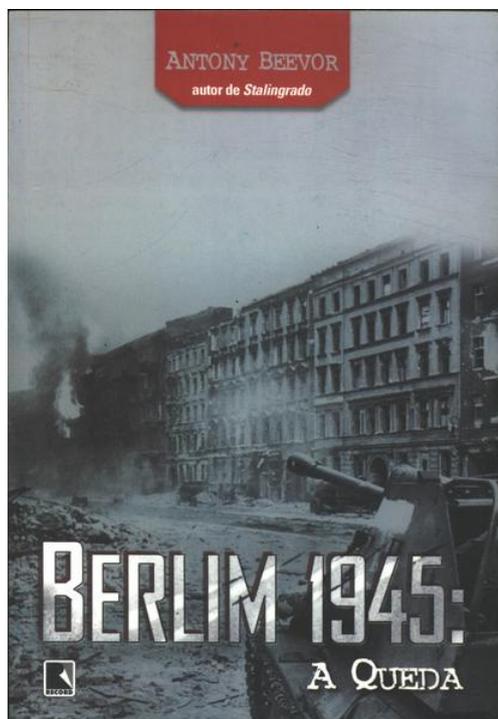
- CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. [Tradução Maria Tereza Ramos]. 3 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- DE MOURA, A. P.; DE PAULA, L. C. C. Guerra da Tríplice Aliança contra Solano López. IN: BITTENCOURT, A. S. [et al.]. **História militar brasileira I: do período colonial ao monárquico**. Livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2009.
- FROTA, G. A. **Panorama da História do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Detalhes, 1987.
- JOMINI, A. H. **A Arte da Guerra**. [Tradução: Napoleão Nobre]. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.
- KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. [Tradução Waltensir Dutra]. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LIDDELL HART, B. H. **As grandes guerras da história**. [Tradução Aydano Arruda]. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1982.
- LOPES, L. M. M.; SANTOS, S. M. P. Florence Nightingale – Apontamentos sobre a fundadora da Enfermagem Moderna. **Revista de Enfermagem Referência**, v. III, n. 2, p. 181–189, 2010.
- MAGNOLI, D. (Org.). **História das guerras**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. **A Logística na Marinha Imperial Durante a Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.
- PAPILLA, O. The birth of Operational art. **Baltic Security & Defence Review**, v. 17, n. 2, p. 113–145, 2014.
- PARET, P. **Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear**.

[Traduzido por Joubert de Oliveira Brízda]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

- RODRIGUES, F. S.; PEDROSA, F. V. G. **Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares**. 1 ed. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.



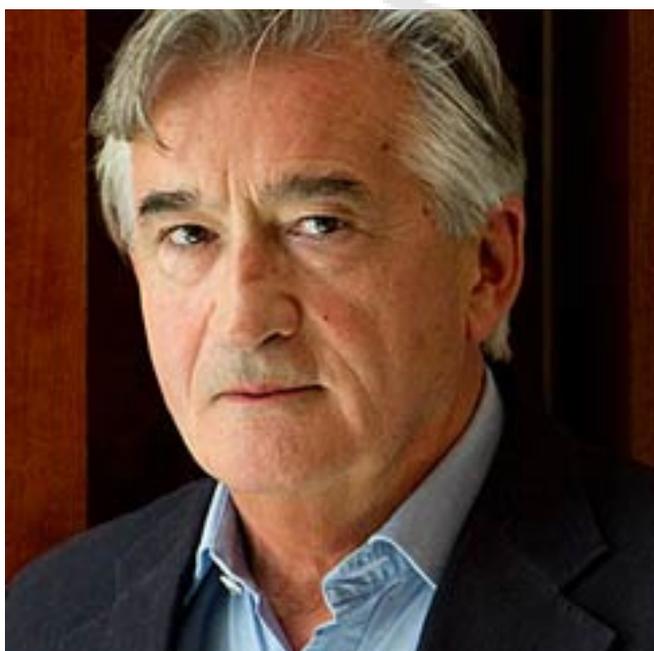
Livro em Destaque



BEEVOR, Antony. Berlim 1945: A Queda. Editora Record, 2002.

Trata-se do impressionante relato da última grande batalha ocorrida na Europa: a invasão e a tomada de Berlim pelas tropas do Exército Vermelho. Além de rigorosa pesquisa histórica, um dos atrativos da obra é a capacidade que o autor demonstra de mesclar em sua narrativa, acontecimentos nos mais vários níveis: desde decisão estratégicas nos centros de comando, as agruras dos soldados lutando pela sobrevivência no campo de batalha.

SOBRE O AUTOR:



Antony Beevor nasceu em Winchester (Inglaterra), em 1946. Estudou na Academia Militar de Sandhurst, é considerado o discípulo do mais respeitado do ilustre historiador militar britânico Sir John Keegan. É autor premiado com diversos trabalhos sobre História Militar do Século XX, dentre os quais se destacam, A Batalha pela Espanha, Stalingrado e Creta.

FICHA TÉCNICA

Título original: BERLIN THE DOWNFALL

ISBN: 9788501066718

Páginas: 600

Formato: brochura: 16 x 23 cm

Editora Record: 2002







Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

